

Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012

Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva
(Nepac-Unicamp)

RELATÓRIO FINAL

Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades. O desafio da participação dos beneficiários

Coordenação: Prof^a Dr^a Luciana Tatagiba
Departamento de Ciência Política, IFCH-UNICAMP

Subcoordenação: Dr^a Ana Claudia Chaves Teixeira
Doutora em Ciências Sociais, Unicamp

Equipe diretamente envolvida na pesquisa:

Stella Paterniani, doutoranda em Antropologia Social, UnB

Adriana Cattai Pismel, graduada em Ciências Sociais, Unicamp

Flávio Freire Coutinho, graduado em Ciências Sociais, Unicamp

Karin Deleuse Blikstad, doutoranda em Ciência Política, Unicamp

Aos demais membros do NEPAC, agradecemos a participação nas oficinas e reuniões voltadas para socializar as angústias e os achados da pesquisa. Esse Relatório Final é mais um resultado de um esforço compartilhado e solidário de pesquisa.

Campinas, Janeiro de 2015

Índice

1. Introdução	4
Os desafios da pesquisa e a definição, empiricamente orientada, de “participação”	6
Desenho, percursos e percalços da pesquisa.....	10
2. Avanços e limites do Programa MCMV-E na visão dos movimentos	16
As conquistas: “É o que tem para hoje!”	16
Os desafios: a “saga do terreno” e os entraves burocráticos	18
As estratégias para solução dos problemas.....	20
3. Avaliação sobre a qualidade da participação nos empreendimentos do MCMV-E	20
Autonomia	22
Socialização do poder	25
3. Perfil dos moradores e percepções das famílias sobre a experiência participativa	28
Perfil dos entrevistados.....	31
Vínculos associativos.....	34
Relação entre as famílias e as entidades	35
Participação no processo construtivo.....	38
A título de conclusão	42
Referências bibliográficas	45
Anexo 1 – Roteiro para entrevista qualitativa	46
Anexo 2. Fichas técnicas dos empreendimentos (dados atualizados até janeiro de 2014)....	48
Anexo 3. Fontes de dados da pesquisa	57

Gráficos

Gráfico 1: Inscrição em programas habitacionais anteriores (empreendimentos entregues)

Quadros

Quadro 1: Conceitos centrais da pesquisa

Quadro 2: Tipos de participação

Quadro 3: Classificação dos empreendimentos – autonomia/socialização

Quadro 4. Forma de construção e sua relação com autonomia x alienação

Tabelas

Tabela 01: Empreendimentos do MCMV-E no Estado de São Paulo, que compõem o universo final da pesquisa.

Tabela 02: Tamanho das casas e apartamentos

Tabela 03: Escolaridade (empreendimentos entregues)

Tabela 04: Situação de trabalho (empreendimentos entregues)

Tabela 05: Associativismo religioso (empreendimentos entregues)

Tabela 06: Associativismo partidário (empreendimentos entregues)

Tabela 07: Nível de conhecimento da entidade (empreendimentos entregues)

Tabela 08: Nível de conhecimento da entidade (empreendimentos em obra)

Tabela 09: Participa de algum movimento ou associação? (empreendimentos entregues)

Tabela 10: Participa de algum movimento ou associação? (empreendimentos em obra)

Tabela 11: Contato atual entre moradores e entidades (empreendimentos entregues)

Tabela 12: Opinião sobre o mutirão

Siglas

CAO	Comissão de Acompanhamento de Obra
CEF	Caixa Econômica Federal
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CRE	Comissão de Representantes
DPRN	Departamento de Proteção de Recursos Naturais
EO	Entidade Organizadora
HIS	Habitação de Interesse Social
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
MCMV-E	Minha Casa, Minha Vida Entidades
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
TTS	Trabalho Técnico-Social

1. Introdução

Segundo dados oficiais, o déficit habitacional brasileiro em 2013 era de 5,8 milhões de unidades habitacionais e as estimativas são de uma demanda futura de 1,5 milhão de moradias por ano (Ministério das Cidades, 2013). O enfrentamento dessa situação encontrou um cenário propício no contexto da crise econômica internacional de 2008 quando, buscando aquecer a economia e superar a tendência de crise, o governo Lula lançou o Programa *Minha Casa, Minha Vida*, que teve imediato impacto no setor da construção civil. O Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é um programa massivo de produção de moradias e foi a primeira vez que o governo brasileiro produziu uma política de enfrentamento do déficit habitacional que, de fato, incluiu famílias de baixa renda, isto é, famílias com renda mensal de zero a três salários mínimos. Uma de suas particularidades é que a construção de Habitação de Interesse Social (HIS), isto é, visando a população de baixa renda (faixa 1), conta com subsídio governamental. A parcela paga pelo beneficiário é de 5% de sua renda mensal. Neste mesmo momento, o Governo federal lançou o **Minha Casa Minha Vida-Entidades (MCMV-E)** e o regulamentou cinco meses depois.

Tanto os movimentos de moradia quanto a literatura sobre o tema afirmam que o MCMV-E surgiu como resultado da pressão dos movimentos (Lago, 2012; Tatagiba e Teixeira, 2014). A modalidade Entidades representa menos de 1% do valor total investido no MCMV o que mostra seu caráter residual em relação ao programa como um todo¹. De qualquer forma, ele é o primeiro programa de grande magnitude e com alguns aprimoramentos em relação a programas anteriores, como o Crédito Solidário, que garante um recurso definido para a construção da moradia, no qual o movimento social se responsabiliza por todas as etapas da obra, da aquisição do terreno, elaboração do projeto à seleção das famílias beneficiárias.

Sua principal diferença em relação ao MCMV é o papel central assumido por movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil – intituladas “Entidades Organizadoras” (EOs) – na execução da política. São as organizações da sociedade civil que elaboram a proposta de intervenção habitacional, desde a compra do terreno à seleção das famílias a serem beneficiadas. O principal diferencial do MCMV-E em relação ao MCMV, portanto, está na valorização da participação dos movimentos e demais organizações da sociedade civil na implementação da política habitacional. A participação no programa se dá em dois níveis: no nível das famílias que são estimuladas a se engajar

¹ A meta de investimentos na modalidade entidades era de 3% da modalidade empresa, entretanto, hoje a modalidade Entidades não representa nem 1% dos recursos empregados na modalidade Empresas (IAU/Peabiru, 2014).

em todas as fases do empreendimento; e das organizações sociais, como responsáveis diretas pela obra junto às agências públicas. Ao longo da pesquisa, aprendemos que esses dois planos estão profundamente imbricados uma vez que a qualidade da participação depende da natureza da relação que o movimento consegue estabelecer com as famílias ao longo do processo de produção da moradia.

Tal como descrito no projeto, nossa intenção foi investigar a natureza e a qualidade dessa participação no Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades (doravante MCMV-E). Ou seja, o interesse da pesquisa não era saber se existe ou não participação das famílias - requisito legal para a aprovação dos planos de trabalho técnico social (TTS) e critérios de avaliação para repasse regular dos recursos - mas indagarmos sobre a qualidade dessa participação. Cabe aqui esclarecer também que essa pesquisa *não* visa analisar o resultado do Programa no que se refere a aspectos como inserção urbana dos empreendimentos e qualidade da obra. Outras equipes de pesquisa se debruçaram especificamente sobre esse tema e os resultados iniciais apontam problemas em diversos âmbitos.²

E por que nosso interesse em avaliar a participação dos beneficiários no MCMV-E?

Em primeiro lugar, porque as normativas do MCMV-E apresentam grande expectativa em relação à participação das famílias no processo de produção da moradia e é nessas bases que o programa é justificado³. Trata-se de um programa cujo foco não é fundamentalmente a redução do déficit habitacional - o que seu caráter altamente residual não permitiria supor – mas a organização comunitária a partir da valorização e fortalecimento dos vínculos entre moradores e os movimentos e organizações aos quais estão vinculados. A Modalidade Entidades é uma forma de acesso à moradia para pessoas organizadas e a participação é o que faculta o direito à moradia nessa modalidade.

Em segundo lugar, nosso interesse pelo tema justifica-se pelo esforço que temos empreendido no Nepac no sentido de mapear e compreender as interações entre os movimentos de

² A Rede formada por 11 instituições divulgou a seguinte nota sobre os resultados do seu trabalho: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/11/10/programa-minha-casa-minha-vida-precisa-ser-avaliado-nota-publica-da-rede-cidade-e-moradia/> [acessado em 25 de janeiro de 2014]

³ Essa afirmação está baseada na análise das instruções normativas, portarias e resoluções que definem os objetivos e as regras do MCMV-E. A Instrução Normativa nº. 36, de 15 de julho de 2009, aprova o regulamento do Minha Casa Minha Vida – Entidades “para efeitos de habilitação, seleção e contratação de projetos”. Mas é na Resolução nº 141, de 10 de Junho de 2009, que a ideia participação começa a se delinear como um objetivo do programa ao afirmar que os “estímulos ao regime de cooperativismo habitacional e ao princípio de ajuda mútua são formas de garantir a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns”.

moradia de São Paulo e o Estado⁴. Investigar a atuação dos movimentos de moradia como atores do processo de produção da política é mais uma oportunidade de apreendermos os desafios e potencialidades dessas interações, agora sob a chave da implementação da política pública.

Nesta direção, uma terceira justificativa é o fato dessa pesquisa se inserir em uma agenda mais ampla cujo foco está na compreensão do papel dos movimentos sociais como atores do processo de implementação da política pública. Para além da moradia popular, outras políticas públicas têm incorporado os movimentos sociais como atores do processo de implementação, como no caso das políticas de resíduos sólidos e do programa de aquisição de alimentos, para ficar só em alguns exemplos. Ainda pouco sabemos sobre as peculiaridades da atuação dos movimentos sociais nesses casos, e isto considerando tanto o ponto de vista da própria política pública – isto é, o que ocorre com a ação governamental quando os movimentos sociais se fazem atuantes na produção das políticas –, quanto o ponto de vista da dinâmica interna aos movimentos em si, ou seja, sobre como eles se refazem, absorvem e se modificam ao atuar tão organicamente juntos ao Estado, sobretudo no contexto brasileiro e latinoamericano. A pesquisa sobre a participação no MCMV-E ao mesmo tempo em que foi motivado por esse interesse de fundo, ajudou a estruturar os caminhos para uma agenda de pesquisa comparada⁵.

Esse é o campo mais amplo de motivações em referência ao qual nossa pesquisa se justifica.

Os desafios da pesquisa e a definição, empiricamente orientada, de “participação”

O que percebemos nas primeiras conversas com os atores é que nosso conceito de participação e suas exigências normativas estavam distantes demais da realidade que buscávamos apreender. O primeiro desafio da pesquisa foi então adequar o conceito de participação, usualmente usado para processos que envolvem a *decisão* sobre as políticas públicas, para um processo que envolve o engajamento dos atores no processo de *implementação* das políticas. Isso era ainda mais importante porque como nosso esforço era avaliar a qualidade da participação, tivemos que ajustar as nossas lentes para não perder de vista as possibilidades e constrangimentos inerentes ao objeto em análise. Afinal, estávamos nos referindo a um processo de participação em um contexto muito local e específico, no qual a margem dos atores para produzir mudanças era limitada, uma vez que as

⁴ Desde 2008 o Nepac se dedica ao estudo do tema e os resultados, sob a forma de artigos, dissertações e teses podem ser consultados no site www.ifch.unicamp.br/nepac

⁵ A nova pesquisa será iniciada em fevereiro de 2015 e irá comparar três setores de políticas públicas que incorporam os movimentos sociais como agentes: moradia, aquisição de alimentos e resíduos sólidos, em três cidades: Vitória/ES, Porto Alegre/RS e São Paulo/SP.

questões envolvendo a alocação de recursos e a construção das regras do jogo já tinham sido decididas, em geral sob o predomínio dos interesses do mercado da construção civil e do setor imobiliário.

Nesse contexto, o que poderia ser definido como uma “participação de qualidade”?

Essa foi uma questão que nos ocupou nos primeiros meses da pesquisa. Para respondê-la, conversamos com os movimentos e fizemos debates no NEPAC a partir de leituras compartilhadas de textos de referência sobre a participação, sobre participação na implementação das políticas públicas, de uma forma geral, sobre a participação dos movimentos nas políticas habitacionais de uma forma específica e estudos sobre o MCMV e a modalidade Entidades. Não encontramos nessa vasta bibliografia a que tivemos acesso um sentido de participação que pudesse ser imediatamente transposta como lente para observar nossa realidade. Assim, o caminho que escolhemos foi estabelecer uma via de mão dupla entre os conceitos e a empiria ao longo de todo o processo da pesquisa. Diferente de termos um conceito que aplicássemos na realidade, buscamos produzir esse “conceito” – ou mais propriamente essa ferramenta de análise e crítica social – à medida que íamos conhecendo o campo e buscando responder aos desafios da análise.

Como resultado desse investimento, voltado a estabelecer parâmetros normativos para uma análise empiricamente orientada, ajustamos nossas lentes e definimos **a participação como um processo de organização comunitária associada à conquista da moradia que permite o envolvimento ativo dos sujeitos, nesse caso as famílias, a partir da mediação das suas organizações.** Nesse nível, a participação é associada diretamente ao processo de *gestão* do empreendimento e refere-se à determinada forma de *relação* entre os atores envolvidos na experiência.

O passo seguinte foi construir as mediações que nos permitissem avaliar a qualidade dessa participação. Para isso, utilizamos **o conceito de autogestão.**

O termo “autogestão” tem vários significados e usos. No caso da luta pela moradia, a autogestão é também um termo “nativo”, que expressa uma bandeira de luta dos movimentos vinculados à agenda da reforma urbana⁶. No caso dessa pesquisa, adotamos o sentido político de autogestão, tal como definido por Norberto Bobbio. Segundo ele, autogestão, em sentido lato, significa “um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de

⁶ A bandeira da autogestão com financiamento público foi a forma que parte das organizações do movimento de moradia, vinculadas ao campo democrático-popular, encontraram para defender o seu lugar no processo de produção da política habitacional para população de baixa renda (ver Blikstad, 2012; Tatagiba e Teixeira, 2014)

várias pessoas (...) onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam” (1998:74). O autor identifica dois elementos essenciais no conceito de autogestão: 1) a superação da distinção entre quem toma as decisões e quem as executa; 2) autonomia decisória, ou seja, a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição do processo decisório. Segundo Bobbio, no que se refere à vida associativa, essas determinações qualificam a autogestão como “princípio elementar de modificação das relações sociais e pessoais, no sentido da reapropriação do poder decisório relativo a uma dada esfera de atividade contra qualquer autoridade, embora legitimada por anterior delegação” (1992:74). Entendida nesses termos, a autogestão pode ser entendida como uma “socialização’ dos processos decisórios, que se torna possível pela atribuição a cada indivíduo de um diverso poder de decisão nos vários âmbitos concretos da sua vida associada” (1992:77).

O conceito de autogestão, tal como definido por Bobbio, foi muito útil aos propósitos dessa pesquisa ao combinar “socialização do poder” e “autonomia decisória”. Com o primeiro, se enfatiza o tipo de relação estabelecida entre aqueles diretamente envolvidos na experiência associativa; com o segundo, se enfatiza o tipo de relação mantida com os de fora.

Utilizamos então “socialização do poder” e “autonomia decisória” como as duas dimensões constitutivas de uma participação de qualidade.

Definimos **autonomia decisória** como a capacidade das organizações sociais manterem o controle sobre a gestão e encontrarem soluções para problemas cotidianos da obra. Autonomia refere-se à natureza das relações que as organizações sociais estabelecem com atores e instituições *exteriores à coletividade*, como agentes do Estado e, principalmente, as construtoras. Definimos que o contrário da autonomia é a **alienação**. Para os fins da pesquisa, entendemos alienação como a diminuição da capacidade das organizações de pensar ou agir por si próprios, deixando para outrem as decisões e as iniciativas que lhes compete por direito e dever.

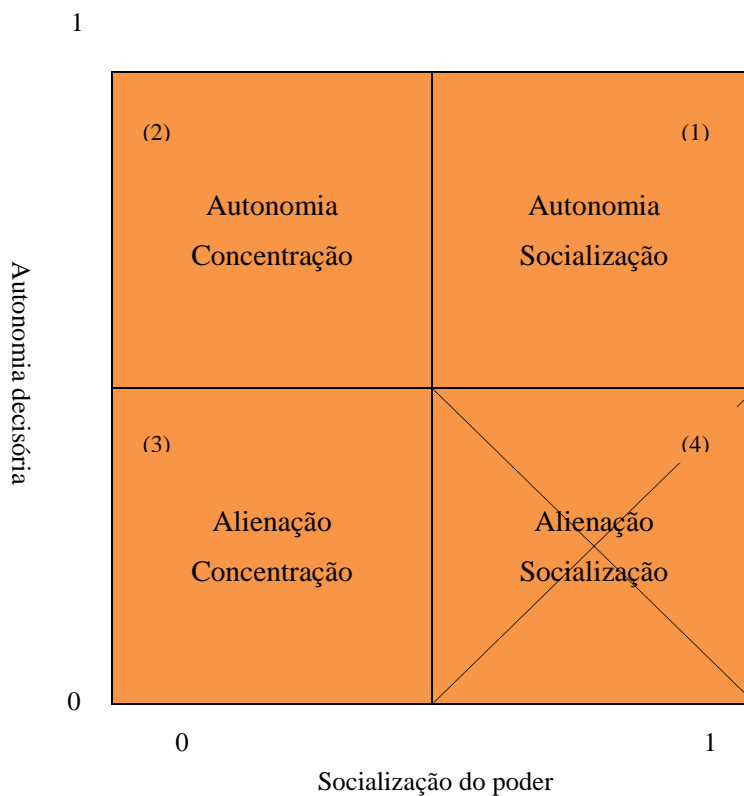
Definimos **socialização do poder** como a capacidade da organização social descentralizar o poder e envolver as famílias no processo da gestão. A socialização do poder é apreendida na pesquisa por uma dimensão: a relação entre organizações sociais e famílias. Nesse sentido, socialização do poder refere-se à natureza das relações estabelecidas no *interior da coletividade*, entre os agentes que aí participam. O contrário da socialização do poder é a concentração do poder.

Quadro 1: Conceitos centrais da pesquisa

Conceitos	Definição	Dimensões de análise
Autonomia	Capacidade das organizações de manter o controle da gestão e encontrar a solução para problemas relativos ao empreendimento	Relação das organizações sociais com as construtoras; Relação das organizações com os agentes estatais;
Socialização do poder	Capacidade das organizações de descentralização do poder e envolvimento das famílias com o processo de gestão.	Relação entre organizações sociais e famílias.

Há diferentes possibilidades de combinação entre “autonomia decisória” e “socialização do poder” e foi explorando esses eixos de análise que colocamos de pé nosso framework analítico para avaliação da qualidade da participação, como representado no quadro abaixo.

Quadro 2: Tipos de participação



Na Figura 1 temos os quatro tipos de participação, sendo que: o “1”, nas duas dimensões representa o nível mais alto de participação; e o “0” nas duas dimensões representa o nível mais baixo de participação.

- 1- No Quadrante 1 (direta superior), que combina “autonomia e socialização do poder”, estão os processos que podemos definir como autogestão. Nessas experiências, as organizações sociais assumem efetivamente o direito e a responsabilidade de planejar e executar a obra, com controle sobre todo o processo, mantendo sua autonomia em relação aos atores que detém maiores recursos de poder (construtoras e agentes estatais). Na relação entre organizações sociais e famílias, busca-se a cooperação entre todos os envolvidos e o compartilhamento das decisões no que se refere aos processos concretos que envolvem a gestão da obra.
- 2- O Quadrante 2 (esquerda superior), que combina “autonomia e concentração do poder”, contém os casos nos quais a organização social tem um escopo mais autônomo de poder, em relação aos atores externos, ao mesmo tempo em que faculta pouco ou nenhum espaço para a intervenção e controle das famílias sobre o processo de construção da obra.
- 3- No Quadrante 3 (esquerda inferior), que combina “alienação e concentração”, situam-se as experiências nas quais as organizações sociais, ao mesmo tempo em que alienam-se na relação com os atores externos detentores de maiores recursos de poder, restringem o acesso das famílias às decisões e controle sobre a obra. Nesse quadrante situam-se, como dito, as experiências mais fracas em termos da participação.
- 4- O Quadrante 4 (direita inferior) combina “alienação” e “socialização do poder” o que entendemos ser uma impossibilidade, visto que não é possível compartilhar um poder do qual o sujeito previamente se encontra alienado.

Desenho, percursos e percalços da pesquisa

Partindo desse quadro conceitual, a pesquisa avalia o processo de implementação do MCMV-E no Estado de São Paulo no que se refere à questão da qualidade da participação, com o objetivo e responder as seguintes questões centrais:

Qual a qualidade da participação nos empreendimentos do MCMV-E?

Quais são os principais fatores que explicam a variação encontrada?

Nossa primeira hipótese era que encontraríamos significativa variação entre os casos e que eles estariam distribuídos nos quadrantes apresentados acima. Nossa pesquisa se dedicou então a compreender quais seriam os fatores explicativos mais relevantes para a compreensão das variações.

Um dos primeiros passos de nossa pesquisa foi organizar uma oficina de apresentação de nossa proposta às organizações sociais envolvidas na nossa amostra, inicialmente composto por dezoito casos⁷. A partir dos resultados dessa Oficina decidimos adicionar uma etapa de pré-campo, não prevista no projeto inicial, com visita aos dezoito empreendimentos. O objetivo do pré-campo era estabelecer contato com todos os empreendimentos em seus locais de atuação e aplicar um instrumento de coleta de informações, para montagem do nosso banco de dados. Essa medida se mostrou necessária porque percebemos que a definição inicial de nossa amostra teria sido prejudicada porque a base de dados obtida junto ao Governo Federal, via Lei de Acesso à Informação, continha várias inconsistências, principalmente no que se refere ao estágio de desenvolvimento das obras. Terminado o pré-campo, e com uma visão mais realista do universo a ser pesquisado, optamos por uma amostra redefinida composta por nove empreendimentos⁸. Nossa redefinição manteve os critérios elaborados no Projeto e ao mesmo tempo buscou refinar a representatividade da amostra em relação às hipóteses que fomos construindo ao longo dessa primeira imersão no campo. Os critérios que adotamos foram:

- 1) Fase da obra, o que nos levou a eliminar empreendimentos na fase de pré-obra;
- 2) Variedade no perfil das organizações, no que se refere à vinculação (ou não) as redes de movimentos sociais de luta pela moradia;
- 3) Modelo construtivo: buscou-se sempre que possível garantir certa variação no que se refere ao método de construção - mutirão, empreitada global, empreitada parcial.
- 4) Disposição e disponibilidade das lideranças das organizações para colaborar com a pesquisa.
- 5) Variação na localização territorial dos empreendimentos.

Combinando esses critérios, chegamos à definição de nove empreendimentos. Em um desses empreendimentos a obra estava paralisada no momento de realização da pesquisa o que dificultava muito o acesso aos beneficiários. Como o caso era muito interessante, incluímos o

⁷ A oficina ocorreu dia 19/03/2013, no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, em São Paulo, e contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas, dentre elas, lideranças dos movimentos e associações participantes da nossa amostra.

⁸ A solicitação de mudança da amostra foi apresentada e aprovada pelo CNPQ.

empreendimento na fase qualitativa da pesquisa (visita *in loco* ao empreendimento e entrevistas com as lideranças responsáveis), mas não na parte quantitativa (questionário com os beneficiários).

Tabela 1: Empreendimentos do MCMV-E no Estado de São Paulo, que compõem o universo final da pesquisa.

Nome do Empreendimento	Organização responsável	Localização	Situação da obra	U. Habit.
Chiquinha Gonzaga	Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da grande São Paulo (CCECAS)	Itaquaquecetuba - SP	Finalizada	160
Florestan Fernandes	Movimento Sem Terra – Leste I	São Paulo - SP	Em obra	198
Nova Conquista	Associação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (AMOVA)	Santo André -SP	Em obra	120
Novo Mundo II	Cooperativa Araras	Campinas - SP	Finalizada	110
Parque Estela	Sociedade de Apoio a Luta por Moradia (SAM)	Guarulhos - SP	Finalizada	218
São Francisco do Lajeado	Fórum de Cortiços e Sem-Teto de SP	São Paulo - SP	Em obra	252
Vila São Miguel	Movimento Sem Terra - Leste II	Itaquaquecetuba - SP	Em obra	138
Zorilda	Central Pró-Moradia Suzanense (CEMOS)	Suzano - SP	Em obra	80

As estratégias de investigação combinaram métodos quantitativos e qualitativos.

Na primeira fase da pesquisa, realizamos 11 entrevistas em profundidade com as lideranças e técnicos, com visita *in loco* aos empreendimentos⁹. As entrevistas duraram em média uma hora e foram todas transcritas e analisadas, primeiro individualmente e depois a partir da comparação entre os nove casos. Com base nessas entrevistas e visitas produzimos uma ficha técnica com dados mais gerais de cada empreendimento (ver Anexo 2).

Para chegarmos às famílias realizamos um *survey*, num total de 501 questionários, e para tanto contratamos uma empresa especializada em pesquisas de opinião pública, a Ideafix. Decidimos pela realização de dois tipos de coleta de dados: um de autopreenchimento com supervisão realizada em cada um dos empreendimentos na fase de obras, durante as reuniões do TTS (5 empreendimentos); e outro com visita domiciliar nos empreendimentos já entregues (3 empreendimentos).

Metodologia e amostra

METODOLOGIA	Quantitativa	UNIVERSO	1.276 unidades habitacionais (entre entregues e em obras)
AMOSTRA	501 casos	TIPO DA AMOSTRA	Amostra probabilística estratificada proporcional
NÍVEL DE CONFIANÇA, MARGEM DE ERRO E PONDERAÇÃO	Erro amostral da pesquisa de 4,97%		Os dados da pesquisa foram ponderados de acordo com a proporção de entrevistas previstas/realizadas para cada empreendimento
	Nível de confiança da pesquisa é de 95%		
ABORDAGEM E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	Entrevista pessoal – 203 casos		Empreendimentos já entregues (03)
	Autopreenchimento e entrevista presencial – 298 casos		Empreendimentos em obras (05)
PERÍODO DA COLETA	Entregues: pesquisa domiciliar		25 de julho a 09 de agosto de 2014
	Em obras: aplicação em reuniões e mutirões		10 de agosto a 14 de setembro de 2014

⁹ As entrevistas foram realizadas de dezembro de 2012 a março de 2013. No Anexo 1, pode ser encontrado o roteiro das entrevistas para as lideranças e técnicos.

Distribuição amostral e ponderação

EMPREENHIMENTO	SITUAÇÃO	UH	AMOSTRA	REALIZADO	PONDERAÇÃO
Novo Mundo – Módulo II	Entregue	110	49	49	1,000000000
Chiquinha Gonzaga	Entregue	160	72	72	1,000000000
Parque Estela	Entregue	218	95	82	1,158536585
Vila São Miguel	Em obras	138	46	76	0,605263158
Nova Conquista	Em obras	120	40	36	1,111111111
São Francisco do Lajeado	Em obras	252	83	83	1,000000000
Residencial Zorilda	Em obras	80	26	23	1,130434783
Florestan Fernandes	Em obras	198	65	80	0,812500000
TOTAL	08	1.276	476	501	

Em um dos três empreendimentos concluídos que compunham nossa amostra identificamos a intervenção da entidade nas respostas dos entrevistados. Como relatado pela equipe da Ideafix, durante o primeiro dia de coleta, os moradores denunciaram que receberam cópia dos questionários e receberam orientações sobre quais deveriam ser as respostas quando fossem procurados pelos entrevistadores. Alguns relatos inclusive afirmavam que os moradores foram advertidos que, caso não respondessem à pesquisa, teriam o abastecimento de água e luz cortado. Segundo ainda os moradores ouvidos, essa advertência teria sido feita em reunião e anunciada em megafones dentro do condomínio. O material coletado nos dias 1 e 2 de agosto foi analisado e foi constatado um padrão de respostas nos questionários – o que comprova a provável intervenção da entidade. A decisão conjunta entre a Ideafix e o NEPAC foi de processar as respostas de perfil dos moradores e descartar as respostas referentes aos demais blocos. Essa foi uma perda lamentável, uma vez que só tínhamos três empreendimentos concluídos, e acabamos sem poder contar com a percepção dos beneficiários em um deles. Contudo, o evento nos apresenta os dilemas que estão colocados na relação entre as famílias e as entidades responsáveis pelos empreendimentos e nesse sentido constitui, no seu infortúnio, um importante dado de pesquisa.

Além das entrevistas com lideranças e técnicos das entidades, visita *in loco* aos empreendimentos e *survey* junto às famílias, a pesquisa se utilizou de vasta fonte de informação documental e bibliográfica, a qual pode ser consultada no Anexo 3.

Nosso percurso metodológico para avaliar a natureza e a qualidade da participação também merece uma reflexão. No projeto pensávamos que seria possível construir indicadores de participação. Organizamos oficinas e fizemos leituras para alcançar este resultado. Mas enfrentamos alguns obstáculos importantes. Primeiro, não estávamos comparando empreendimentos no mesmo estágio, alguns tinham terminado, outros estavam no início da obra. E, segundo, não estávamos comparando experiências que se realizaram da mesma forma. A liberdade para que cada entidade fizesse seu próprio processo participativo não permite dizer que todos os beneficiários participaram da mesma experiência. Como afirma Carley (1985) é preciso parâmetros normativos para construir indicadores. Se as experiências estavam em estágios diferentes, e mais se, mesmo estando no mesmo estágio, elas tinham sido executadas de maneiras diferentes, qual o parâmetro normativo que deveria ser adotado? O das normativas da Caixa, que todos disseram ser muito formal? O das experiências mais exigentes? Ou o das menos exigentes? Por estes motivos, abandonamos a ideia de construir indicadores e optamos por investir metodologicamente em duas frentes: dar voz às lideranças das entidades e trazer à tona a percepção dos beneficiários.

* * *

Nesse relatório final apresentamos os resultados dessa investigação. O argumento foi dividido em três partes, para além dessa introdução e da conclusão. Na primeira parte, iniciamos com uma avaliação geral sobre o Minha Casa Minha Vida – Entidades, na percepção das lideranças entrevistadas. Na segunda parte, analisamos a qualidade da participação nos oito empreendimentos em análise, explorando sua localização nos três quadrantes definidos pela pesquisa e suas características distintivas. Na terceira parte trazemos um retrato do perfil das famílias e suas percepções sobre os processos participativos no âmbito do Programa, a partir dos dados do *survey*. Por fim, na conclusão, oferecemos uma breve reflexão em torno de três temas: i) principais achados da pesquisa; ii) avaliação sobre objetivos da pesquisa e métodos empregados; iii) recomendações para a melhoria do MCMV-E.

Por fim, um esclarecimento. Em observância aos critérios éticos de nossa pesquisa, a partir desse momento não iremos mais nominar os empreendimentos ou fazer qualquer menção mais específica que permita sua identificação imediata (a única exceção será na Tabela 2). Não gostaríamos de forma alguma de causar prejuízo aos atores que gentilmente nos concederam seu tempo e nos auxiliaram compartilhando suas reflexões sobre a experiência vivida. Vamos trabalhar

com os seguintes nomes fictícios: Lírio, Tulipa, Margarida, Bromélia, Esmeralda, Acácia, Jasmim e Hortêncina. Como parte do nosso compromisso político, nos dispomos a apresentar os resultados de forma individualizada nos movimentos à medida que esses manifestem o interesse em avaliar, conjuntamente com a equipe da pesquisa, o seu desempenho no Programa.

2. Avanços e limites do Programa MCMV-E na visão dos movimentos

Nas entrevistas semiestruturadas que realizamos, pedimos a cada liderança que fizesse um balanço do MCMV-E com base em sua experiência na gestão do programa. Sabíamos que havia problemas na implementação da política, mas nosso interesse era compreender, por um lado, quais os principais nós no processo de implementação e, por outro, quais os principais avanços e conquistas permitidos pelo Programa, na visão dos entrevistados. A seguir, apresentamos em linhas gerais esse balanço.

As conquistas: “É o que tem para hoje!”

O primeiro ponto a destacar é que todas as lideranças entrevistadas afirmam, de forma categórica, o interesse em continuar participando do MCMV-E, apesar de demonstrarem muita clareza sobre os problemas e limites do Programa.

O MCMV-E é o primeiro programa com essa magnitude que reconhece o papel dos movimentos e das famílias beneficiárias como sujeitos do processo de implementação da política habitacional para população de baixa renda. O que se traduz concretamente na liberação de um recurso definido que garante às entidades planejarem sua obra. Como vários nos disseram nas entrevistas, isso altera a lógica da produção e também o tipo de atuação do movimento que não precisa mais “brigar pelo dinheiro” em protestos na porta do poder público, como nas experiências de mutirão e autoconstrução no passado.

“Essa questão de dinheiro, ela desenha a relação das pessoas na obra (...). Hoje se a gente começa uma obra com uma folga de dinheiro, a gente fecha um serviço dentro dos nossos valores de planilha, ou às vezes bem abaixo... A gente consegue negociar uma mão de obra melhor, a gente consegue negociar um material melhor. (...) No passado, liberava um dinheiro no começo do ano e se bobear, a gente ia ter dinheiro só no outro ano de novo. A gente brincava que eram 6 meses trabalhando e 6 meses parado. Então esses 6 meses eram na rua lutando”. (Entrevista, liderança do Tulipa).

Nas entrevistas também notamos que o MCMV-E representou ganhos para as entidades em termos de recursos materiais, humanos e simbólicos. A afluência regular de recursos permitiu às entidades, em certos casos, contratarem profissionais para atuar ao lado dos quadros voluntários, assim como ampliou o repertório organizacional ao inserir as entidades numa lógica de gestão que implicou ampliar o leque de atores com os quais elas tinham necessariamente que dialogar e negociar. Para algumas, isso se traduziu num rico aprendizado.

Nessa mesma direção é importante destacar que alguns avanços ou pontos positivos do programa residem justamente na possibilidade que ele abre de fazer mais do que apenas construir uma casa. Ou seja, a potência do Programa reside no apoio que ele oferece a uma gestão criativa dos empreendimentos no qual o saldo do processo tende a ir além da conquista da moradia. Ao dar espaço para a participação, o programa favorece experimentações que, embora pouco disseminadas quando olhamos para o conjunto, são mesmo assim relevantes. O MCMV-E permite aos movimentos mostrar que é possível “fazer diferente” na política de habitação popular, aliando conquista da casa com conquista da cidadania por parte dos futuros moradores. E isso não é pouca coisa. Uma recomendação seria investir no conhecimento dessas experiências exitosas e divulgá-las como forma de disseminar essas novas tecnologias sociais desenvolvidas pelos próprios grupos em situação de vulnerabilidade social.

Outro ponto positivo do Programa é o seu resultado concreto: a conquista da moradia. Em várias entrevistas não só com as lideranças, mas também com as famílias, o MCMV-E significou a possibilidade de “sair do aluguel”, mesmo que muitas vezes isso tenha implicado em também assumir novos custos em relação ao deslocamento para o trabalho e cuidado com os filhos. Agregam-se a isso os ganhos no que se refere ao tamanho das casas. A CEF definiu como tamanho mínimo para as casas 35 m² (fase 1) e 39,6 m² (fase 2), e para os apartamentos 42 m² (fase 1) e 45,5 m² (fase 2) e paga às construtoras um valor fixo por unidade habitacional, hoje em torno de R\$ 76.000,00. Como o objetivo das empresas é o lucro, não há obviamente incentivo para que construam casas maiores. No caso das obras geridas pelos movimentos sociais a tendência tem sido construir casas maiores e melhores com o mesmo recurso, embora a regra não valha para todos os empreendimentos que analisamos.

Tabela 2. Tamanho das casas e apartamentos

Nome do empreendimento	Tamanho	Tipo
Chiquinha Gonzaga	47 m ²	Casa
Florestan Fernandes	50,99m ² (ponta) e 50,30m ² meio	Apartamento
Nova Conquista	51,27 m ²	Apartamento
Novo Mundo II	38,5 m ²	Casa
Parque Estela	41,35 (terreo), 42,50 (corredor) 41,65 m ² (ponta)	Apartamento
S. Francisco do Lajeado	43,35 m ²	Apartamento
Vila São Miguel	47,55 m	Apartamento
Zorilda	48,04m ²	Casa

Enfim, as lideranças que entrevistamos reconhecem o MCMV-E como *uma conquista* dos movimentos sociais *que deve ser aperfeiçoada*. A frase “o MCMV-E é o que tem para hoje” de certa forma sintetiza a visão mais comum no campo segundo a qual o MCMV-E deve continuar porque é essencial, e traduz uma fase da luta dos movimentos. Ao mesmo tempo, deve ser transformado porque ainda é insuficiente, principalmente no que se refere ao montante de recursos investido e a forma de relação entre os agentes, estado, mercado e sociedade organizada.

Os desafios: a “saga do terreno” e os entraves burocráticos

O principal problema relatado pelas lideranças foi a questão do terreno. Por um lado, é difícil achar terrenos disponíveis em São Paulo e, por outro, há um crescente aumento nos preços do mercado de terras em parte estimulado pelo próprio avanço do MCMV. Na história de cada empreendimento, as lideranças concentram particular atenção à narrativa sobre a “saga do terreno”. Quando as organizações sociais encontram terras com preços razoáveis estas são mal localizadas, com pouca infraestrutura no entorno e com muitos problemas de legalização. O relato das lideranças é que elas precisam disputar a terra com o mercado imobiliário em condições absolutamente desiguais. Alguns trechos das entrevistas são eloquentes:

...Eles (o dono do terreno) assinavam uma carta de 60 dias e 60 dias voa. Parece que é muito tempo, mas para você correr atrás de meio ambiente, de sei lá do que, e de documento da Caixa, de CETESB e de DPRN ai vencia a carta. Vencia a carta, ele aumentava o terreno. Vencia a carta, ele aumentava o terreno. (...) todo o mês o terreno aumentava”. (Entrevista, liderança do Esmeralda).

“... a gente não tem muita opção, a gente chega... Aqui tem uma história. Esse terreno aqui, nós perdemos dois projetos depois de quase prontos, quase aprovados porque o cara vendia o

terreno. E projeto não é receita de bolo, né? Tava quase pronto, nós tava pagando na época 300 mil no terreno, e chegou um cara que queria fazer um galpão, chegou lá e botou 100 mil a mais, o cara não resistiu e vendeu. E já fazia dois anos que a gente tava nessa lenga-lenga (Entrevista, liderança do Lírio)

Foi difícil achar terreno por causa do valor. Por mais que seja a compra antecipada,¹⁰ você tá disputando com construtoras. O terreno que tá aqui, tá pra gente, como tá pra uma construtora. Tá aberto pro mercado. (...) A gente fica brigando com gente muito grande. Enquanto a gente quer pagar o mínimo que o terreno vale, tem gente querendo pagar mais. E se o dono vender? Porque ele não tem comprometimento com o movimento. (Entrevista, liderança do Tulipa).

Outro problema muito presente na fala das lideranças diz respeito à relação com os agentes públicos, em particular prefeituras, cartórios e CEF. No caso específico da CEF, o que as entrevistas evidenciam é que o preparo das equipes técnicas para lidar com movimentos sociais faz diferença na agilidade dos processos em todas as fases do empreendimento. Se na disputa pela terra os movimentos têm que disputar a terra com o mercado em condição francamente desigual; no caso da relação com a burocracia pública as lideranças também relatam a diferença no atendimento dado às construtoras na fase de aprovação dos projetos, que parecem contar com maior boa vontade dos agentes públicos, principalmente nas administrações municipais.

Nesse sentido, os resultados de nossa pesquisa reforçam outros estudos sobre o MCMV-E que apontam essas duas frentes - a burocrática e a fundiária – como as principais causas dos frequentes atrasos no avanço das obras. Como afirma Ferreira (2012), “A lógica de mercado presente no PMCMV Entidades torna a concretização dos projetos pelos grupos de fato populares uma odisséia sem fim” (Ferreira, 2012: 9). E segue, apontando para o nó górdio do Programa:

Os programas voltados para a autogestão estão subordinados a mesma lógica de mercado de um financiamento para um empreendimento imobiliário qualquer: as exigências em termos de documentação legal e projetos elaborados e os procedimentos para contratação são praticamente os mesmos, dificultando e até inviabilizando o acesso dos grupos populares ao fundo público;- as lideranças dos movimentos acabam por destinar grande parcela de seu tempo para vencer a burocracia estatal, sobrando pouco tempo para a formação política do grupo ou para atuar em outras frentes de luta (Ferreira, 2012: 14)

A modalidade Entidades traduz a decisão do poder público de incorporar os movimentos sociais no processo de gestão da política pública. Essa presença dos movimentos pode se traduzir em fecunda fonte de renovação para as políticas habitacionais para a população de baixa renda. Mas,

¹⁰ Compra antecipada é um recurso antecipado pela Caixa Econômica para a aquisição dos terrenos em nome da entidade. As famílias assinam o termo de adesão, tornando-se proprietárias, com contrato em seu nome, somente no momento de entrega das chaves.

para isso é preciso que a especificidade dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil seja reconhecida para que seu dinamismo e criatividade na solução de problema tenha possibilidade de impactar os modelos construtivos na área da habitação popular.

As estratégias para solução dos problemas

Para finalizar esse item, destacamos um aspecto que se fez muito presente nas entrevistas: a capacidade de trânsito político das lideranças das entidades – que em níveis variados está presente em todos os casos estudados - e o uso dessas relações como estratégia para a solução dos problemas.

Esses vínculos são cumulativos e não exclusivos, ou seja, as lideranças desenvolvem ao longo do tempo boas relações com seus interlocutores e sua influência não se dá exclusivamente em uma esfera de poder, mas sim em variados níveis. Por exemplo, ao mesmo tempo em que uma liderança possui proximidade com vereadores e burocratas de algumas secretarias municipais, pode possuir também circulação livre entre os principais gabinetes do Ministério das Cidades; ou, ao mesmo tempo em que tem boa relação com funcionários de agências das CEFs municipais podem ter contato direto com o alto escalão da CEF. Vale acrescentar que o nível de trânsito político independe do porte da entidade, sendo definido mais pelas trajetórias individuais das lideranças do que pela entidade. Há até militantes e dirigentes que agora ocupam cargos no legislativo.

Essas lideranças transitam com facilidade pelas agências regionais da CEF, secretarias estaduais e dialogam constantemente com os altos burocratas do poder público, estabelecendo negociações com representantes partidários de diferentes vertentes.

“Olha eu não sei como é em outras ONGs ou em outras associações, que talvez o presidente, o cabeça, da associação não tenha essa inserção e essa flexibilidade como tem a nossa presidenta. Por que assim, ela liga na Caixa e se não sair ela liga em Brasília. Saiu um documento, uma portaria, e não foi repassado a ela, ela liga em Brasília.” (Entrevista, liderança do Esmeralda)

No caso dos movimentos sociais é comum que associem essa mobilização das redes pessoais com a realização de protestos para resolver entraves burocráticos. Em dois casos, lideranças narram que sua capacidade de influência junto às instâncias federais resultou na substituição de funcionários da CEF no nível regional.

3. Avaliação sobre a qualidade da participação nos empreendimentos do MCMV-E

Nossa primeira hipótese foi confirmada e identificamos uma significativa variação entre os casos selecionados no que se refere à qualidade da participação. Abaixo a distribuição dos casos nos eixos “socialização do poder” e “autonomia decisória”.

Quadro 3: Classificação dos empreendimentos – autonomia/socialização

Autonomia decisória	Autonomia Concentração Acácia Hortência Jasmim Esmeralda	Autonomia e socialização Tulipa Lírio
	Alienação Concentração Bromélia Margarida	Alienação Socialização
		Socialização do poder

Como vemos, a maioria dos empreendimentos localiza-se no quadrante que combina autonomia com concentração de poder. O que significa dizer que estas entidades tem um bom grau de autonomia decisória em relação aos agentes externos ao empreendimento e também uma boa capacidade de gestão do empreendimento. Entretanto, há pouca socialização do poder da entidade com os beneficiários. Já no quadrante autonomia/socialização, o que mais se aproxima da ideia de autogestão, há apenas dois empreendimentos. Em outros dois empreendimentos, as entidades se alienaram do processo de gestão da obra, ou seja, entregaram a gestão a empreiteiras e não exerceram controle sobre o processo construtivo.

A seguir buscamos compreender os casos para identificar alguns fatores combinados que podem explicar a variação encontrada.

Autonomia

Do ponto de vista da autonomia, observamos seis empreendimentos nos quais as entidades se mantiveram autônomas durante o processo de construção, e duas que não se mantiveram. Podemos então afirmar que na maioria dos empreendimentos as organizações mantiveram sua autonomia na relação com os agentes externos, particularmente no que se refere à relação com as construtoras que impacta mais diretamente o cotidiano da obra.

No início de nossa pesquisa, esperávamos encontrar uma relação direta entre a forma de gestão adotada (*empreitada parcial x empreitada global*) e a existência ou não de autonomia das entidades na relação aos agentes externos. Nossa hipótese era que nos empreendimentos cuja forma de construção fosse a empreitada global encontraríamos necessariamente entidades que teriam sido alienadas de seu poder decisório na relação com os agentes do mercado. Contudo, os dados da pesquisa não são conclusivos a esse respeito, embora sugiram uma relação um pouco mais forte entre autonomia e empreitada parcial. Vejamos o quadro abaixo.

Quadro 4. Forma de gestão e sua relação com autonomia x alienação

	Empreitada global	Empreitada parcial
Autonomia	Acácia Hortênci	Tulipa Lírio Esmeralda Jasmim
Alienação	Bromélia Margarida	

Como vemos, há significativa variação no que se refere aos modelos construtivos, com metade da amostra com “empreitada global” e metade “com empreitada parcial”. Nas normativas do MCMV-E, há uma flexibilidade em relação às práticas de gestão e aos modelos construtivos que podem ser utilizados, desde que se cumpram algumas obrigatoriamente, tais como, o tamanho mínimo da unidade habitacional e a realização do Trabalho Técnico Social. Na prática, cada entidade encontrou um modelo de atuação bastante singular, compatível com sua disponibilidade de pessoal, apoio técnico, conhecimento prévio de administração de obras e seu projeto político.

Nos dois empreendimentos no quadrante “alienação”, as lideranças recorreram a empresas da construção civil para realizar a obra (empreitada global), incluindo a elaboração do projeto, compra de materiais e a contratação e gestão de mão de obra. Nesses dois empreendimentos, as entidades mantiveram baixo ou nulo grau de controle sobre o trabalho executado pelas construtoras, o que resultou em sérios problemas que vão desde denúncias de trabalho escravo, a problemas estruturais devido à má qualidade do projeto e da execução da obra. Contudo, temos dois casos nos quais a empreitada global não significou alienação. As entidades contrataram construtoras ou empreiteiras, mas mantiveram o controle da obra em “suas mãos”. Houve efetiva fiscalização da entidade sobre a qualidade do material utilizado, as soluções construtivas adotadas para a superação de limitações técnicas do terreno ou projeto, as etapas da construção, entre tantas outras variáveis importantes que demonstrem o prevaecimento do trabalho da entidade sobre o trabalho da construtora.

Ou seja, analisando comparativamente, não é possível afirmar que o modelo de construção seja a explicação determinante para a autonomia. Contudo, constata-se, por um lado, maior

concentração no quadrante autonomia de empreendimentos que utilizam a empreitada parcial e, por outro lado, não encontramos nos empreendimentos que utilizaram empreitada parcial relações de alienação. **Esses são indícios fortes, embora não conclusivos, de que a empreitada parcial favorece a autonomia das entidades na relação com os agentes do mercado e que, portanto, poderia ser estimulada nas normativas do Programa.**

Ao lado da empreitada parcial, outros dois fatores mostram relação com a maior capacidade decisória das entidades no processo construtivo: 1) a presença de assessoria técnica orgânica aos movimentos e 2) a experiência prévia das entidades/lideranças na construção de moradias com organização popular. Esses dois fatores não são encontrados nos empreendimentos enquadrados na linha Alienação. Todos os seis empreendimentos na linha autonomia foram dirigidos por entidades/lideranças, com experiência prévia com construção de moradias, vários com a experiência de mutirão. Quatro delas contou com forte presença de assessorias e uma tem em seus quadros engenheiros e arquitetos de confiança. Dentre as assessorias técnicas, destacam-se as atuações da Fábrica Urbana, Peabiru e Ambiente. Em alguns casos, a assessoria técnica assume o acompanhamento técnico da obra em outros agrega a essa função o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social. Desde os anos 80, a presença de assessorias técnicas comprometidas com a agenda do direito à moradia digna tem representado ganhos significativos para os movimentos e se traduzido em melhoria na qualidade dos empreendimentos. A própria pauta da autogestão, incorporada pelos movimentos, foi introduzida pelas assessorias técnicas preocupadas em dar um salto de qualidade em relação às experiências de autoajuda e autoconstrução que marcaram o associativismo popular na área da moradia (Bonduki, 1992; Tatagiba e Teixeira, 2014). Embora tenhamos constatado a importância das assessorias técnicas para o sucesso dos empreendimentos, a pesquisa de campo evidenciou inúmeras dificuldades de contratação e mesmo relacionamento entre as organizações sociais e as assessorias técnicas. Dois problemas se destacam: a dificuldade de contratação dos profissionais, principalmente para a fase dos estudos preliminares à aprovação do projeto face à ausência de rubrica específica a esse fim e o baixo número de assessorias técnicas disponíveis para auxiliar os movimentos sociais no Estado de São Paulo. Seria importante que a Secretaria de Habitação ampliasse o debate sobre as assessorias técnicas e seu lugar no MCMV-E e buscasse estimular a criação de novas assessorias como forma de garantir o protagonismo dos movimentos e a qualidade dos empreendimentos.

Socialização do poder

No que se refere à socialização do poder, ou seja, da natureza da relação estabelecida entre organizações sociais e futuros moradores, a tendência predominante tem sido a concentração do poder nas mãos das entidades, o que impede ou limita o empoderamento dos futuros moradores no processo de conquista da moradia.

Os resultados da pesquisa evidenciam o que já se sabe: participação não é equivalente à socialização do poder. Em todos os oito casos analisados há participação das famílias, afinal essa é uma exigência do Programa; contudo, essa participação assume sentidos, intensidades e resultados muito diferentes. Em alguns casos, essa participação fica limitada às exigências impostas pela CEF - atuação nas comissões (CAO e CRE) e participação nas reuniões mensais do TTS - ou inovam ao criar outros espaços para participação, como atividades recreativas ou reuniões informativas, mas os moradores são mantidos à margem do processo de gestão, no que se refere à solução de problemas, fiscalização da obra e controle dos gastos. É o caso, por exemplo, do empreendimento Jasmim, no qual há mutirão e metodologias participativas e onde se constata um dos mais baixos níveis de envolvimento e satisfação das famílias com o processo participativo.

Há também entre os oito casos importante variação na forma de recrutamento dos futuros moradores. Em três empreendimentos, a forma de seleção se deu via “grupos de origem”¹¹, em dois deles foi por meio do “cadastro” e em outros três o recrutamento foi “aleatório”. Portanto, em parte significativa dos casos as famílias não são parte de uma base organizada e muitas vezes não estão sequer informadas sobre o Programa ou o papel da entidade. Isso implica que terão dificuldade em associar a conquista da casa a um processo coletivo de luta ou a se envolver em dinâmicas comunitárias resultantes da sua inserção em uma organização social de luta pela moradia. Em alguns casos, são frágeis os vínculos prévios que ligam a organização aos futuros moradores, e entre os futuros vizinhos. A tendência mais comum é que a formalidade dos processos de participação dificulte a construção desses importantes laços ao longo do processo, com impactos negativos sobre a sustentabilidade dos empreendimentos. Uma evidência da fragilidade desses vínculos é o fato da

¹¹ Os grupos de origem fazem parte da forma de organização de vários movimentos de moradia desde o seu nascimento, e estão ligados ao *modus operandi* da Igreja Católica. Os grupos de origem são a porta de entrada no movimento. Quando uma família procura o movimento, ela inicia em uma organização do movimento no seu bairro. Lá ela faz sua inscrição e começa a participar das reuniões. Nas reuniões, a família toma contato com a história do movimento, suas lutas e suas bandeiras. É nos grupos de origem que acontecem os processos de formação do que se chama “a base do movimento”. A participação das famílias nessas reuniões e nas atividades promovidas pelo movimento é o critério para que o movimento construa sua lista das famílias beneficiárias, quando o movimento consegue alguma conquista em termos de unidades habitacionais. É o mecanismo chamado de “pontuação”.

maioria dos moradores e futuros moradores entrevistados não se verem como parte de nenhuma organização ou movimento social, mesmo estando formalmente associados às suas entidades (detalhes no item deste relatório sobre percepção das famílias).

Uma das hipóteses da pesquisa era que em empreendimentos que adotassem o mutirão haveria maior probabilidade de socialização do poder. Mas, ao longo da pesquisa o mutirão não se mostrou um fator explicativo relevante. Nenhum dos empreendimentos de nossa amostra utilizou exclusivamente o mutirão como forma construtiva. Todos os quatro empreendimentos que utilizaram empreitada parcial utilizaram – em maior ou menor grau – mão de obra mutirante, mas apenas em duas delas os futuros moradores tiveram papel ativo na tomada de decisão sobre o empreendimento. Embora haja muita controvérsia sobre a adequação ou não do mutirão no atual estágio de desenvolvimento dos processos construtivos, uma dimensão que ficou evidente em nossa pesquisa é que a autogestão – ou seja, a combinação entre autonomia e socialização do poder – não se reduz à prática do mutirão, tampouco parece exigí-la. Mais importante parece ser a abertura para a inovação aliada ao reconhecimento da legitimidade dos diferentes saberes técnico e popular e a criação de espaços e metodologias que permitam o diálogo e o aprendizado recíproco entre os diferentes atores envolvidos no processo.

Mas, qual o diferencial dos dois empreendimentos nos quais houve socialização do poder em relação aos demais casos? Essa foi uma pergunta que orientou parte de nosso investimento no campo e não temos dúvida de que a explicação está no projeto político das entidades e o lugar que o MCMV-E assume no interior desse projeto.

Os dois empreendimentos são dirigidos por organizações de movimentos sociais que, embora com trajetórias diferentes, pertencem a uma mesma frente de luta em torno do direito à moradia digna e à reforma urbana. Para essas entidades, o MCMV-E é muito mais do que uma forma de construir moradia: é uma estratégia para fortalecer o movimento, em termos organizacionais e na relação com sua base. O fortalecimento do movimento, por sua vez, aparece como a estratégia de luta pela conquista dos direitos de cidadania. A ideia de autogestão é central para essas entidades e é partir dela que se dá o envolvimento das famílias no processo construtivo. Embora nos dois casos haja o mutirão, a participação das famílias é construída por meio de uma combinação de metodologias participativas, no qual assume destaque a criação de comissões para o envolvimento das famílias. As lideranças dos dois empreendimentos explicam como funcionam essas comissões:

“Essas 80 famílias são divididas em diversas comissões. Então nós temos comissão do meio ambiente, obra, compra, almoxarifado, cozinha, limpeza, de festa, e ainda tem a CAO e a CRE, [que] são as comissões de cunho técnico e tal [...] toda semana a gente tem uma

reunião, com as comissões mais necessárias que seriam [...] compra e obra, né a CRE, normalmente é uma vez por semana”. (Entrevista, liderança do Lírio)

“Como a gente sempre diz para as famílias: ‘A gente não quer autogestão porque a gente quer que as famílias venham sábado e domingo pra cá. Não. A gente quer que vocês aprendam com a autogestão, vocês vão estar administrando isso tudo’. Porque o recurso que tá vindo da Caixa é administrado pelos empreendimentos. Tem comissão de compras, tem comissão de tudo isso e são eles que fazem parte disso. Eles sabem tudo que tem na conta, eles sabem pra onde tá indo o dinheiro. Tem equipe de prestação de contas, então eles estão fazendo a autogestão. (Entrevista, liderança do Tulipa)

Para essas entidades a autogestão significa participação ativa das famílias em todas as etapas do processo construtivo, da compra do terreno à pós-ocupação, *“Eles se entendem como parte do fundamental disso aqui. É autogestão? Então eu posso escolher”* (Entrevista, liderança do Tulipa). A aposta é que no decorrer do processo de construção da moradia, e antes já nos grupos de origem, as famílias vão aprender a vincular a conquista da moradia à luta pelos direitos de cidadania e, uma vez conquistada a casa, serão capazes de lutar pela melhoria das condições de vida de sua comunidade.

A defesa da autogestão e o sentido atribuído ao termo é completamente diferente do que vemos nos demais casos. Novamente há grande variação no campo. Para além dessas duas entidades, há outras três que mobilizam o termo, mas nesse caso autogestão significa o controle da *entidade* sobre a obra, sem qualquer menção ao papel das famílias. Nos demais casos, a referência à ideia de autogestão não é mobilizada para descrever a experiência.

Seria importante aprofundar a discussão acerca da participação das famílias no MCMV-E e sobre a relação que tem sido estabelecida entre as organizações e os futuros moradores. O que o estudo demonstra é que há uma tendência para a individualização, com o risco das famílias assumirem o papel de clientes das organizações, com direitos e obrigações a cumprir, numa relação quase mercantil. É preciso difundir a ideia de que a organização comunitária e a valorização da luta coletiva são os pilares do MCMV-E. Sem essa ênfase, a modalidade perde o sentido. Afinal, o que está em jogo não é construir casa, mas empoderar as famílias permitindo-lhes reconhecer-se como parte de um coletivo e usar esse recurso como fonte para solução dos problemas em suas comunidades. Os dois empreendimentos que combinam autonomia e socialização do poder mostram que é possível orientar de outra forma a relação com as famílias engajando-as efetivamente no processo construtivo. Conhecer essas experiências e difundir suas metodologias pode ser um bom caminho para alterar o quadro atual e favorecer o empoderamento das famílias no âmbito do MCMV-E.

3. Perfil dos moradores e percepções das famílias sobre a experiência participativa

Até esse ponto, nossas análises tiveram como base as entrevistas em profundidade com as lideranças das organizações e movimentos sociais responsáveis pelos empreendimentos, visita *in loco* e análise documental. Agora, vamos agregar a essa análise as informações relativas às famílias.

Nesta última parte do relatório apresentaremos os resultados dos *surveys* aplicados nos oito empreendimentos. Como dissemos, foram aplicados dois questionários distintos: um nos empreendimentos em obras, outro nos empreendimentos já concluídos e entregues. Em ambos elaboramos questões que nos permitiram apreender dados de perfil dos beneficiários, suas percepções sobre o processo participativo e sua relação com a entidade. O questionário aplicado nos empreendimentos entregues é mais longo, porque busca também recuperar dados sobre pós-ocupação.

Apesar dos resultados do survey terem indicado uma heterogeneidade significativa entre os empreendimentos, tanto em aspectos do perfil quanto das percepções das famílias sobre a experiência da participação, há alguns aspectos com maior convergência de resultados. É a partir deles que apresentaremos um perfil e percepções gerais comuns – indicando, no entanto, as dissonâncias que nos pareceram mais significativas.

Dedicamos particular atenção na leitura e análise dos dados ao desempenho dos dois empreendimentos localizados no quadrante “autonomia/socialização”: Tulipa e Lírio (ambos empreendimentos ainda na fase de obra). Uma vez que a caracterização anterior teve como base as entrevistas com as lideranças e técnicos, análise dos documentos e visitas aos empreendimentos, buscamos agora saber em que medida a visão das famílias sobre os processos participativos estariam alinhados com as análises obtidas na fase da pesquisa qualitativa. Nosso objetivo era compreender o quanto o discurso dessas entidades sobre a autogestão repercutia na opinião das famílias que compõe sua base.

Nossa hipótese era que encontraríamos um nível maior de satisfação com o empreendimento, com o processo participativo e um maior vínculo entre entidade e famílias nesses dois empreendimentos (Tulipa e Lírio) quando comparados com os demais. A hipótese não se confirmou completamente e a realidade mostrou um quadro mais complexo do que supúnhamos inicialmente.

No caso do empreendimento Tulipa a hipótese se confirmou plenamente. Todos os indicadores apontam uma forte integração entre famílias e entidade no decorrer do processo participativo, assim como um nível elevado de satisfação das famílias com o processo. O conjunto dos dados nos permite afirmar tratar-se do caso mais bem sucedido entre os oito que compõem a nossa amostra no que se refere ao efetivo engajamento das famílias com a obra. Também é o caso no qual os entrevistados mostram uma relação mais orgânica com o movimento, se vendo como parte de um processo de luta coletivo.

Já no caso do Lírio, nossa hipótese não se confirmou. Há um nível considerável de insatisfação das famílias com o processo participativo e uma fragilidade nos vínculos entre a entidade e as famílias cadastradas. Ou seja, podemos afirmar que nesse caso, a autogestão defendida e aplicada pela entidade não resultou em um sentimento de maior engajamento e empoderamento por parte das famílias. Não houve aderência junto à base.

Por outro lado, houve empreendimentos nos quais identificamos, na fase qualitativa, processos de concentração do poder e os dados do *survey* apontam para indicadores consistentes de satisfação das famílias com o processo participativo, esse é o caso principalmente do empreendimento Esmeralda (classificado como autonomia/concentração). Nesse empreendimento, à exceção do item “controle e fiscalização dos gastos da obra pela família”, todos os demais indicadores sugerem boa participação das famílias. No Esmeralda as comissões CAO e CRE, inclusive, tem avaliação superior ao encontrada no Tulipa, o empreendimento melhor classificado em nossa amostra em termos globais, como dito. E quanto à visão das famílias sobre o trabalho da entidade, o Esmeralda fica em segundo lugar, logo depois do Tulipa.

Ou seja, na análise qualitativa, a localização nos quadrantes autonomia/socialização coloca os empreendimentos Tulipa e Lírio como os mais bem classificados de nossa amostra pela capacidade que demonstram de criar mecanismos efetivos de envolvimento das famílias e pela importância conferida à participação dos futuros moradores em todas as fases do processo construtivo. Contudo, na análise quantitativa, os empreendimentos Tulipa e Esmeralda (e não Lírio) aparecem como os mais bem avaliados pelas famílias no que se refere aos indicadores de participação e satisfação.

O Esmeralda é um empreendimento tocado por uma entidade nacional que não faz parte da rede de movimentos sociais de luta pela moradia, possui vários projetos em andamento, muita experiência na construção, e considerável trânsito político no plano local e nacional. Na entrevista, citam como foram aprendendo ao longo do tempo com seus próprios erros. Não possuía relação com

as famílias previamente à obra e o processo de recrutamento se deu de forma aleatória. O foco do Trabalho Técnico Social realizado pela entidade é a preparação das famílias para morar em apartamento, e outros aspectos formais obrigatórios pelas normativas do MCMV-E. Não inovam nos métodos participativos e não atribuem importância particular a esse quesito. Não há na entrevista referência a ideários como o direito à moradia, cidadania, e a entidade justifica seu trabalho pelo fato de oferecer uma casa melhor, muito mais bonita, por um preço que as famílias jamais encontrariam no mercado. A entrevista sugere uma relação verticalizada com as famílias e, em certo sentido, paternalista, como podemos constatar nesses trechos da entrevista com a liderança da Esmeralda:

“Então a gente tem que cumprir as normas para que eles saibam que tem que cumprir as normas. Porque já vão pagar o mínimo do mínimo em um apartamento que vale muito lá fora. Se eles forem em uma Caixa Econômica ou banco e tentar comprar um apartamento desses eles não conseguem. Inclusive a gente já fez essa experiência, nós demos uma atividade: eles tinham que fazer uma cotação, uma pesquisa, de um apartamento como esse pela Caixa, fora do programa MCMV-E, e eles viram que não poderiam pagar. Fizemos isso para eles valorizar (...). A gente traz todas as informações para eles verem que eles estão pagando muito pouco por algo muito bom.” (Entrevista, liderança do Esmeralda)

“Pergunta: e as famílias chegaram a participar do projeto?”

Resposta: Do projeto não, nós é que fizemos junto com o arquiteto.” (Entrevista, liderança do Esmeralda)

“Mas a gente faz com tanta fé e amor para as famílias morarem e eu fico tão feliz. Porque se você olhar para os empreendimentos você não vai falar que é de um programa de habitação”. (Entrevista, liderança do Esmeralda)

Para além das atividades do TTS, a participação das famílias acontece nas festas e eventos culturais promovidos pela entidade:

Quando a gente propõe uma atividade eles são bem participativos, eles têm um retorno legal. (...) A gente tem as atividades para a família inteira, que são as atividades culturais. A gente tinha a festa junina antigamente e a grande maioria evangélica não vinha, era um fracasso. Daí mudamos, agora os beneficiários fazem estandes de coisas que sabem fazer, teve cabeleireiros, manicure, leitura para as crianças, enfermagem. Teve beneficiário que fez maquiagem, que filmou”. (Entrevista, liderança do Esmeralda)

Não há referência à pontuação por participação para escolha da casa, um método encontrado no caso das organizações com vinculação à rede do movimento de moradia; mas há referência à exclusão de pessoas que não participam das atividades e não justificam, e por não cumprirem as regras: “...**por insubordinação** nós estamos para trocar uma pessoa, por **indisciplina** mesmo”.

Esse caso do Esmeralda chama a atenção para o fato de que o nível de satisfação dos usuários com os processos participativos não podem ser diretamente e unicamente relacionados à

qualidade desses processos. Há outras questões em jogo, como por exemplo, a adequação entre o projeto político das entidades e as expectativas do seu público e sua maior ou menor disposição para se engajar em processos participativos mais exigentes. É possível também que a concentração de poder seja vista pelas lideranças e pelas famílias como uma vantagem na relação com a burocracia pública, por conferir uma suposta maior agilidade aos processos, assim como uma resposta ao anseio das famílias de conseguir a casa em tempo reduzido e com um mínimo de esforço individual. Uma sugestão para pesquisas futuras seria um estudo aprofundado, com realização de grupos focais com as famílias, junto a três empreendimentos: Tulipa, Lírio e Esmeralda. Isso nos permitiria explorar os fatores explicativos que respondem pelo maior ou menor grau de engajamento e satisfação das famílias com o processo participativo e seus resultados.

Após essa análise mais geral dos dados do *survey* e sua relação com a fase qualitativa da pesquisa, passamos agora a um detalhamento dos resultados do *survey*.

*Perfil dos entrevistados*¹²

Para os dados do perfil iremos focar com mais detalhes os resultados dos três empreendimentos concluídos que já contam com moradores (total de 203 questionários aplicados). Tomamos essa decisão porque no caso dos empreendimentos em obras é impossível saber se o entrevistado será de fato o futuro morador, tendo em vista as mudanças na composição das listas das famílias ao longo do processo construtivo. Quando for relevante, contudo, podemos cotejar com dados referentes ao perfil dos respondentes dos empreendimentos em obras.

No que se refere ao sexo, nota-se que as mulheres predominam entre os entrevistados. Titular ou a cônjuge do titular, foi ela quem participou ativamente, na maioria dos casos, das reuniões antes da entrega do imóvel. Entre 25 e 44 anos, essas mulheres estudaram até o ensino médio e trabalham formalmente. Tanto no caso dos empreendimentos já concluídos quanto dos empreendimentos em obra, o perfil do beneficiário **aponta uma maioria com escolaridade média, que trabalha com carteira assinada e está entre 25 e 44 anos**. A seguir detalhamos esse perfil.

No que se refere à escolaridade, **cerca da metade dos entrevistados possuem ensino médio completo (49,80%)**. Cerca de 23% dos entrevistados utilizaram, total ou parcialmente, instituições de EJA (Educação de Jovens e Adultos) para concluir seus estudos.

¹² Não elaboramos questões sobre a renda porque sendo a renda o critério principal para a inclusão no programa estaríamos lidando com um dado pouco confiável.

Tabela 3: Escolaridade (emprendimentos entregues)

EMPREENDIMENTO	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		ENSINO SUPERIOR	
	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto
Bromélia	-	36,7%	49,0%	4,1%	8,2%	2,0%
Margarida	9,7%	20,8%	48,6%	5,6%	6,9%	8,3%
Acácia	9,8%	19,5%	51,2%	6,1%	8,5%	4,9%
Consolidado	7,5%	23,9%	49,8%	5,5%	7,9%	5,4%

Refletindo o aumento na formalização do emprego, quase metade dos respondentes trabalha com carteira assinada.

Tabela 4: Situação de trabalho (emprendimentos entregues)

Situação de trabalho	%
Trabalho formal (CLT ou estatutário)	45,3
Trabalho informal	5,5
Trabalho autônomo	13,7
Desempregado	17,8
Estudante, aposentado ou dona de casa	17,6

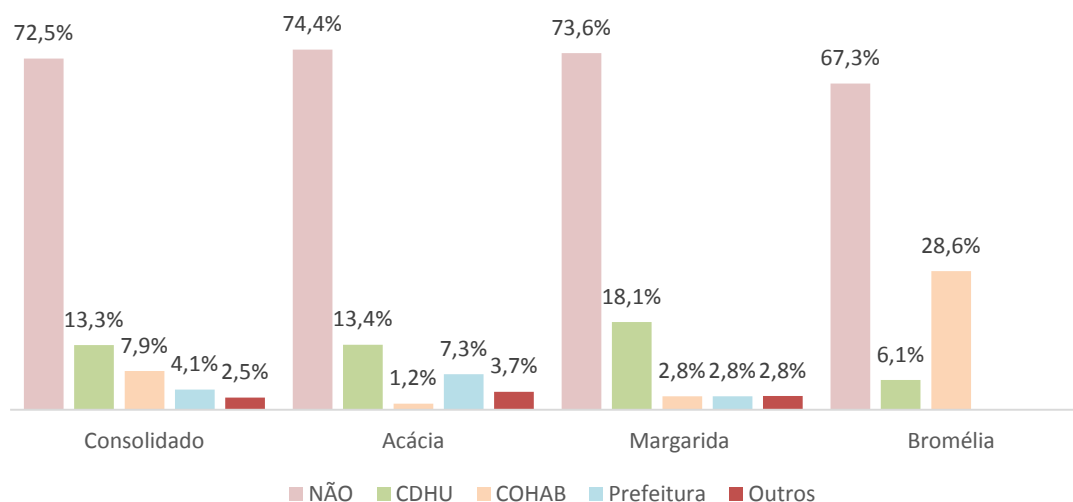
A taxa de desemprego dos empreendimentos em construção é 6,4%, um número bem inferior aos 17,8% encontrado nos empreendimentos concluídos. Talvez essa variação esteja relacionada com as mudanças decorrentes do deslocamento de região e o consequente enfraquecimento das redes de relação e oportunidades empregatícias. Mas, também podem estar relacionadas com a intenção do entrevistado em camuflar seu status trabalhista por medo de exclusão do projeto tendo em vista a obrigatoriedade em muitos deles de se estar em dia com os pagamentos acertados entre beneficiários e entidade para a entrega da UH.

Sobre a situação da moradia anterior, a maioria (62,3%) afirma que pagava aluguel. A maioria dos que não pagavam aluguel morava com a família. 14,8% dos entrevistados moravam em

ocupações/invasões, com significativa variação entre os empreendimentos (chegou a 26,1% no Acácia, ficou em 3% no Margarida e foi de 0% no Lírio).

Apesar da maioria dos entrevistados viver ou ter vivido de aluguel, no entanto, uma maioria ainda maior disse não ter procurado outros programas habitacionais antes de se inscrever no MCMV-E (72,5% dos entrevistados nos empreendimentos concluídos; 90,5% dos empreendimentos em obra).

Gráfico 1: Inscrição em programas habitacionais anteriores (empreendimentos entregues)



Esses dados são significativos tanto do alcance do MCMV-E para pessoas que nunca tinham tido contato com políticas públicas habitacionais quanto do preocupante fracasso das políticas públicas anteriores em alcançarem aquele que deveria ser seu público-alvo.

Quanto ao local da moradia 61,3% dos entrevistados dizem que a nova moradia é longe da antiga residência, sendo que 34,9% consideram “*muito longe*”. No caso dos empreendimentos em obra, 59,1% dos entrevistados afirmam que a nova moradia se localizará longe da atual moradia. Dados que reforçam o diagnóstico feito pelas demais equipes de pesquisa no âmbito do Projeto MinCidades/CNPQ, sobre a localização dos empreendimentos.

Nos empreendimentos em construção as famílias são compostas por até 4 pessoas. Os dados revelam que os moradores dos residenciais Margarida e Bromélia moravam com outras pessoas da família na antiga moradia e na nova casa formam um novo núcleo familiar. Estas são casais com, no

máximo, um filho. Neste sentido, é possível concluir que o programa Minha Casa Minha Vida é um benefício habitacional que colabora para a emancipação e edificação de novos núcleos familiares. Ainda sobre a composição das famílias, destaca-se o baixo número de crianças - não há crianças em 53,9% dos domicílios entrevistados – assim como de idosos e deficientes físicos. Em 22,1% das moradias anteriores dos entrevistados, foi identificada a presença de idosos, enquanto na nova moradia esse percentual caiu para 9,6%. No caso de pessoas com portadores de necessidades especiais, esse percentual passou de 8,9%, nas moradias anteriores, para 6,3% na atual moradia.

Vínculos associativos

No que se refere aos vínculos religiosos, a presença de evangélicos se mostrou superior aos índices relativos à população nacional e estadual¹³. A maioria dos entrevistados se declarou evangélico (46,2%), sendo que em segundo lugar vêm os católicos (35,7%). Destaca-se também a categoria “outros credos” e sem religião que indicam uma significativa diversificação do associativismo religioso, corroborando o que outros estudos já vêm apontando.

Tabela 5: Associativismo religioso (empreendimentos entregues)

Empreendimentos	Evangélica	Católica	Espírita	Outros credos	Não tem religião
Bromélia	30,6	53,1	-	4,0	14,3
Margarida	58,3	29,2	4,2	5,6	4,2
Acácia	45,1	31,7	3,7	14,70	9,8
Consolidado	46,2	35,7	3,0	9,3	8,9

Em pesquisas posteriores seria relevante compreender melhor o papel das redes evangélicas na atuação no campo da moradia. Uma hipótese a ser investigada refere-se ao papel dessas redes no recrutamento das famílias.

¹³ Segundo dados do IBGE, 24,08% da população do estado de São Paulo é de evangélicos; no país são 22,16%. Já os católicos representam 60,06% da população no estado e 64,63% no país.

Tabela 6: Associativismo partidário (empreendimentos entregues)

Questões	Sim	Não
Tem simpatia por algum partido político?	22,4%	77,6%
É filiado a algum partido político?	0,6	93,4%

No que se refere aos vínculos partidários, os dados desmentem versões correntes, publicadas em alguns jornais críticos ao MCMV-E, de que seus beneficiários seriam filiados ou pelo menos simpatizantes do Partido dos Trabalhadores. Naqueles que têm simpatia por algum partido, nota-se variação com predomínio do Partido dos Trabalhadores: PV (5,8%); PSDB (1,7%); Psol (0,8%); PT (13,2%). PMDB (0,8%).

Relação entre as famílias e as entidades

Para além desses dados de perfil, também pudemos apreender alguns elementos sobre a relação entre as famílias beneficiárias e as entidades. Antes de tomarmos contato com o campo, acreditávamos que encontraríamos elevadas taxas de vínculos prévios das famílias com as entidades. Os *surveys* nos mostraram algo bastante diferente. A grande maioria dos beneficiários (64%) não sabia da existência da entidade antes de serem inscritos no empreendimento. Isso vale tanto para os empreendimentos em obras como para aqueles já concluídos.

Tabela 7: Nível de conhecimento da entidade (empreendimentos entregues)

Categorias	Bromélia	Margarida	Consolidado
Não conhecia	58,1	68,4	64,4
Conhecia só de nome	37,3	17,5	26,0
Conhecia bem	4,7	14,0	10,0

No caso dos empreendimentos em obra perguntamos se o entrevistado conhecia a entidade antes da obra. As respostas foram:

Tabela 8: Nível de conhecimento da entidade (empreendimentos em obra)

Empreendimentos	Sim (%)	Não (%)	NS/NR
Jasmim	40,0	51,3	7,9
Esmeralda	36,1	63,9	0
Hortência	31,3	68,7	0
Lírio	26,1	73,9	0
Tulipa	75,0	25,0	0

Ponto fora da curva, tanto nos empreendimentos concluídos quanto naqueles ainda em obras, é o caso do empreendimento Tulipa, no qual 75% dos respondentes afirmam que já conheciam a entidade antes de iniciada a obra, o que atesta o vínculo entre as entidades e as famílias por meio dos grupos de origem.

Dentre aqueles que já conheciam a entidade, a forma mais mencionada de contato eram as reuniões organizadas pela entidade. A maior parte dos entrevistados tomou conhecimento da obra do MCMV-E por amigos e vizinhos em primeiro lugar, e, em segundo lugar, por familiares. No caso do Lírio, a entidade e o movimento foram bastante mencionados como fontes da informação (43,5% se somarmos as menções a ambos). Também nos chama a atenção o caso do Margarida, onde 12,5% afirmam terem ficado sabendo da obra pela Igreja ou templo. Cabe destacar que este empreendimento possui maior presença de evangélicos (58,3% dos respondentes se declaram evangélicos), o que indica a possibilidade de haver uma rede evangélica operando no recrutamento de beneficiários organizados pela entidade.

Entretanto, mesmo depois de se vincularem ao empreendimento, a maioria dos entrevistados não se reconhece como associado, tanto no caso dos empreendimentos concluídos quanto dos empreendimentos em obras. Pode ser que o sentido de participação remeta, para os entrevistados, a um envolvimento diferente do que é/foi estabelecida com a entidade.

Tabela 9: Participa de algum movimento ou associação? (empreendimentos entregues)

Empreendimentos	Sim (%)	Não (%)
Bromélia	6,1%	93,9
Margarida	12,5	87,5
Acácia	19,5	80,5
Consolidado	14,1	85,9

Quando perguntados se no passado participaram de algum movimento, os dados apresentam ligeira melhora: 27,5% responderam que sim e 72,5% responderam que não.

Tabela 10: Participa de algum movimento ou associação? (empreendimentos em obra)

Empreendimentos	Sim (%)	Não (%)	NS/NR (%)
Jasmim	6,6	78,9	15
Esmeralda	5,6	88,9	6
Hortência	27,7	71,1	1
Lírio	26,1	69,6	4
Tulipa	61,3	38,8	0

Esses dados nos indicam que um associativismo prévio – que envolvesse entidades historicamente atuantes e em relação estreita com seus associados – via programa MCMVE, apesar de ainda ser uma possibilidade em aberto, não tem sido característico na implementação do programa. Essa potencialidade do programa certamente pode se concretizar, o que parece ser o caso do Tulipa, mais uma vez um ponto fora da curva, como vemos na tabela acima.

Também perguntamos se há contato atual entre os moradores e as entidades após o término das obras e 53% afirmam que não mantêm nenhum contato com a entidade, sem variação significativa entre os empreendimentos Bromélia e Margarida. Dos que ainda têm contato, 28% participam das reuniões. Compondo a categoria “outros”, 1,4% afirma participar de atos organizados pela entidade no empreendimento Margarida.

Tabela 11: Contato atual entre moradores e entidades (empreendimentos entregues)

Categorias	Consolidado (%)
Não mantém nenhum contato	53,3%
Participa de reuniões	28,3%
Por telefone	10,0%
Não respondeu	5,0%
Outros	5,6%

Participação no processo construtivo

Quanto à questão da participação dos moradores no processo de viabilização dos empreendimentos habitacionais, os entrevistados, em termos gerais, percebem essa participação de modo satisfatório. No caso dos empreendimentos em obras, a grande maioria diz que costuma participar das reuniões (87,7%) e avalia que as reuniões são boas ou ótimas (85,1%). Só o Lírio apresenta taxas significativas de entrevistados que avaliaram as reuniões como ruins, péssimas ou regulares (34,8%). Com já dissemos no começo desse bloco, esse é um dado que não esperávamos encontrar uma vez que esse empreendimento, como dissemos, é um dos que estão caracterizados como autogestão, ou seja, que combinam “socialização do poder e autonomia”.

Para a apresentação dos resultados, distinguiremos empreendimentos em obra e empreendimento concluídos, uma vez que no segundo caso trabalharemos também com informações sobre a pós-ocupação.

a) Empreendimentos em construção

A maioria dos respondentes declara que as reuniões para discussão e acompanhamento das obras são realizadas longe da casa onde moram atualmente. Mesmo assim, a maioria (87,7%) afirma participar das reuniões convocadas pelas entidades. A maior assiduidade encontra-se em Tulipa (96,3%).

Buscamos identificar os temas que são objeto de discussão nas reuniões na percepção das famílias. Em todos os empreendimentos, mais de 72% dos entrevistados afirmaram discutir o *projeto*

da casa, em Tulipa esse número chega a 92,5%, o índice mais baixo é em Jasmim, com 72,4%. Há discussão na escolha dos materiais, para a maioria dos respondentes, e também há discussão para a *escolha das empreiteiras*, embora com variação importante entre os empreendimentos. O empreendimento com maior percentual de respostas afirmativas é, mais uma vez, Tulipa, onde 67,5% afirmam discutir o assunto nas reuniões. Já a *regra para seleção das famílias* não é pauta em todos os empreendimentos. Segundo 70% dos respondentes de Tulipa e Hortência, as *regras para seleção das famílias* são pauta de reunião. Esse percentual cai para aproximadamente 50% nos demais empreendimentos. Segundo 91% dos entrevistados do Tulipa há discussão dos gastos das obras nas reuniões, nos demais empreendimentos o percentual variou entre 42% e 74%. Em Lírio, o percentual ficou em 65%, na segunda posição. No geral, as reuniões são bem avaliadas por 85% dos respondentes, dividindo-se entre bom (46,1%) e ótimo (39%). As mais bem avaliadas são as de Esmeralda e as mais mal avaliadas são em Lírio.

Em síntese, nos empreendimentos em construção, podemos dizer que a percepção dos entrevistados sobre sua participação varia muito entre um empreendimento e outro, e também entre os pontos abordados. Em geral, a percepção sobre a participação foi muito boa no Tulipa, sendo que a escolha da empreiteira foi o ponto em que os entrevistados sentiram que participaram menos, ainda que mesmo nesse quesito tenham se saído melhor do que qualquer outro empreendimento. Esperávamos um resultado semelhante no caso do Lírio, mas o percentual relevante de entrevistados afirma não terem participado do controle de gastos, da escolha da empreiteira e das regras para a seleção das famílias. Outra surpresa foi o Jasmim que, apesar de realizar mutirão, colocar em prática estratégias participativas e utilizar os grupos de origem como forma de organização das famílias para o empreendimento foi um dos mais mal avaliados da amostra, principalmente no que se refere ao controle dos gastos (em que 42,1% fizeram essa afirmação).

Também avaliamos os mutirões. São três os empreendimentos que o adotaram em nossa pesquisa: Jasmim, Lírio e Tulipa (todos empreendimentos em construção). 92% do total dos entrevistados afirma participar dos mutirões, sendo que em Tulipa esse número chega a 99%. Os mutirões são bem avaliados por 69,8% dos respondentes de empreendimentos onde eles ocorrem, dividindo-se entre ótimo e bom. No empreendimento Tulipa, as avaliações de ótimo superam a avaliação dos demais locais (42,5%). Vale registrar que 33% dos respondentes do Lírio avaliam os mutirões como regular, ruim ou péssimo.

Tabela 12: Opinião sobre o mutirão

Avaliação	Jasmim	Lírio	Tulipa
Ótimo	28,9	28,6	42,5
Bom	36,8	28,6	3,8
Regular	17,1	14,3	18,8
Ruim/Péssima	2,6	19,1	3,8
NS/NR	14,5	9,6	1,3

As reuniões da comissão de Acompanhamento de Obra (CAO) foram bem avaliadas por 72,9% dos respondentes. A melhor avaliação encontra-se em Esmeralda (94,4) e a menor em Jasmim (43,4%). Assim como as reuniões da CAO, a Comissão de Representantes (CRE) teve avaliação positiva, totalizando 66,7% com significativa variação entre os empreendimentos. Destaca-se o percentual que não sabe/não respondeu, 21,5%. Em Jasmim, esse percentual chegou a 52,6%.

Apenas Lírio e Tulipa possuem outras comissões que não estão presentes nos demais empreendimentos. A avaliação positiva dessas comissões (soma de ótimo e bom) totaliza 72,9%. Entretanto, destaca-se a baixa frequência no ponto mais alto da escala (ótimo). Tulipa é o empreendimento onde essas comissões são melhor avaliadas, com 68,8% contra 57,1% no Lírio.

b) Empreendimentos entregues

No caso dos empreendimentos já entregues, para 69% dos entrevistados, houve participação dos moradores no projeto da casa, embora as opiniões se dividam quando observada a intensidade da participação e a ausência da mesma. No entanto, há sinais de descontentamento na participação em certos temas em alguns empreendimentos, como o caso da escolha da construtora e dos materiais da obra, que pontuaram os índices mais baixos de participação entre todos os temas avaliados: 55,4% dos entrevistados afirmam não ter participado da escolha da construtora/empreiteira e 57,1% não ter participado da escolha dos materiais.

Há uma significativa diferença entre os empreendimentos no que diz respeito à escolha das casas e à participação dos moradores no controle de gastos da obra. Enquanto no Bromélia mais da metade afirma não ter participado nesses quesitos, no Margarida as respostas indicam o contrário. Por outro lado, cerca de 95% dos entrevistados afirmam terem tido acesso às informações sobre andamento da obra, no período de construção, sempre ou às vezes. É o mesmo percentual que

endossa a afirmação de que os beneficiários iam às reuniões para expor suas opiniões sempre ou às vezes.

Nos dois empreendimentos concluídos encontramos respostas que indicam uma postura participativa dos moradores no decorrer da obra. As perguntas eram relativas ao interesse em participar das atividades, ao interesse em expor opiniões, ao acesso a informações sobre a obra, à busca de informações junto à entidade, à percepção de estar bem representado pelas comissões, à percepção de que os problemas eram resolvidos coletivamente, e à percepção de que as sugestões dos moradores tinham influência no projeto final. Neste último ponto, sobre a influência no projeto final, foram obtidas as menores porcentagens de entrevistados que afirmaram a percepção de que influíam sempre ou às vezes (76%).

Os impactos que a participação nessas experiências teve sobre algumas dimensões de suas vidas não foram muito significativos. A maioria respondeu que seu interesse em conhecer a vizinhança, reivindicar seus direitos, conhecer o trabalho de outras entidades e participar de movimentos continua igual. O interesse em conhecer seus direitos e melhorar o bairro aumentou para cerca de metade dos respondentes dos empreendimentos já entregues. Destaca-se, no Margarida, o interesse em melhorar o bairro (65%), bem diferente do Bromélia, onde este item só despertou interesse para 36% dos respondentes. Possivelmente, essa diferença se deu porque o bairro onde está localizado o empreendimento Bromélia conta com mais infraestrutura.

Ainda aos respondentes de empreendimentos já entregues, pudemos perguntar sobre suas avaliações da atual moradia. 62% afirmam estar satisfeitos com a localização da moradia, e um pouco menos (57%) com o tamanho. 66,1% se dizem satisfeitos com as opções de financiamento da Caixa Econômica Federal. O abastecimento de água, a rede de esgoto e a coleta de lixo são muito bem avaliados em ambos os empreendimentos. Entretanto, tanto a qualidade da moradia quanto a do material são os itens mais mal avaliados nos dois casos.

No caso do Bromélia, metade das pessoas está insatisfeita com a distância da atual moradia em relação à anterior, a participação dos moradores na construção de sua moradia, e a qualidade da moradia. No Margarida, a principal insatisfação é com infraestrutura: quase 60% avalia de regular a péssima o serviço de Escolas Públicas na região e 36% sequer sabem da existência de creches. Postos de saúde, transporte público, segurança pública e opções de lazer são mal avaliados em ambos os casos.

Não obstante os problemas, 59,5% dos entrevistados afirmam que suas vidas melhoraram depois de terem mudado para a atual moradia. No Margarida, 91,7% afirmam não ter o desejo de

mudar de casa. Os quase 10% que mudariam, o fariam por estarem distantes dos amigos e familiares. Os que mudariam de casa no Bromélia (44,9%) afirmam que o fariam porque a nova moradia ficou muito distante das coisas que precisa.

A título de conclusão

Nosso objetivo com este estudo foi investigar a natureza e a qualidade da participação dos beneficiários no Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades. Chegamos a algumas conclusões importantes.

Identificamos que a qualidade da participação depende de dois fatores interdependentes. Analisando os casos estudados, percebemos que a autogestão envolve, de um lado, autonomia decisória por parte da entidade e, de outro lado, socialização do poder desta com os beneficiários. Sabendo que o Programa permite a autogestão, mas ela não é obrigatória, temos como resultado uma variedade de combinações entre maior ou menor autonomia decisória por parte da entidade, e maior ou menor grau de socialização do poder da entidade organizadora com os beneficiários.

Encontramos que boa parte das entidades consegue de fato ter o controle sobre o processo construtivo. Entretanto, a possibilidade de empreitada global resultou em que duas entidades, que não tinham muita experiência prévia em organizar a população em torno da defesa do direito à moradia, e principalmente, não tinham apoio de uma assessoria técnica, enfrentassem muitos problemas, e se alienassem do processo construtivo.

Em termos de socialização do poder, encontramos que poucas entidades de fato fazem isso. As normativas sobre como deve ser a participação das famílias se dá de uma forma ampla, com algumas poucas institucionalidades obrigatórias, tais como a Comissão de Acompanhamento de Obras e a Comissão de Representantes. Por um lado, esta liberdade permite que haja criatividade e inovações metodológicas que merecem ser valorizadas, tais como, a criação de comissões que envolvem os beneficiários em todas as etapas construtivas. Foi possível perceber que algumas entidades foram além das comissões formais e criativamente envolveram mais a comunidade. Mas por outro lado, percebemos que boa parte do poder de decisão e controle sobre a obra se concentra nas mãos das entidades.

Percebemos por fim, que um maior envolvimento dos beneficiários não gera necessariamente uma maior satisfação dos beneficiários. Uma das entidades que se esforçou por criar comissões alternativas e grande envolvimento da comunidade não foi tão bem avaliada. E, por outro

lado, uma entidade que estabeleceu uma relação bastante paternalista com seus beneficiários foi bastante bem avaliada. O que nos leva a pensar que o grau de satisfação dos beneficiários tem menos a ver com o maior ou menor engajamento nas etapas da obra do que com o grau de sintonia dos beneficiários com o projeto político da entidade.

Recomendações para pesquisas futuras

- ✓ Metodologicamente consideramos que tanto o survey quanto as entrevistas e visitas qualitativas nos trouxeram novas e relevantes informações sobre as famílias. Entretanto, em pesquisas futuras seria importante associar o survey a pesquisas qualitativas, como grupos focais e entrevistas em profundidades junto aos moradores. Por exemplo, há diferenças qualitativas importantes em termos de participação das famílias em cada obra, mas não sabemos muito dos efeitos sobre a vida das pessoas e para o associativismo em geral. O survey não foi suficiente para isso, a não ser de forma superficial. Uma sugestão de pesquisa futura seria um estudo aprofundado com os empreendimentos Tulipa, Líria e Esmeralda, tal como já identificamos durante o texto, que nos permitisse entender os motivos que levam a um maior engajamento e satisfação das famílias com a obra.

- ✓ Trabalhamos muito neste texto com a autonomia de gestão face às construtoras, mas exploramos pouco esta autonomia face aos outros atores estatais. Alguns dos desafios à gestão, colocados pelos movimentos (tais como relações com prefeituras, cartórios, Caixa Econômica etc.) e não explorados nesta pesquisa, mereceriam pesquisas específicas. Eles parecem ter impacto sobre a execução da política, e portanto, podem (ou não) estar interferindo na qualidade da autonomia da entidade e na forma de participação.

- ✓ É preciso comparar empreendimentos que igualmente estejam terminados, com pessoas morando. Avaliar o processo como um todo faz toda diferença. Seria importante repetir as entrevistas, daqui a um ou dois anos, com os moradores dos seis empreendimentos em obras com as mesmas perguntas que foram feitas nesta pesquisa.

Recomendações para a política

- ✓ É preciso investir na sistematização e divulgação de experiências exitosas que foram capazes de ao mesmo tempo garantir a autonomia das entidades e a socialização do poder, numa realidade que todos sabemos é de extrema vulnerabilidade social. Seria importante dar a devida ênfase para a organização comunitária e a valorização da luta coletiva. O que nosso estudo aponta é que há uma tendência para o risco dos beneficiários se tornarem clientes das organizações, numa relação quase mercantil, que não se distancia tanto da relação estabelecida no MCMV – modalidade construtora. O que pode diferenciar a modalidade entidades é o fato de empoderar as famílias e permitir que elas se reconheçam como parte de um coletivo. Por isso, vale a pena difundir as experiências que conseguem, de fato, aliar autonomia e socialização do poder, tais como as duas que encontramos neste estudo.

- ✓ Repensar a modalidade de “empreitada global”, que hoje permite que uma entidade delegue para uma construtora praticamente todo o processo construtivo, podendo levar a casos como os dois que encontramos na nossa pesquisa de alienação por parte da entidade deste processo. E se a entidade não tem controle e poder sobre a obra não pode partilhar este poder com as famílias. Na nossa pesquisa, os casos em que houve empreitada global, mas que foram bem sucedidos, estavam bem acompanhados por assessorias técnicas competentes e/ou por lideranças/entidades com grande conhecimento em mobilização em torno da direito à moradia (não só experiência em mobilização, mas especificamente em torno da construção da moradia, que requer conhecimentos específicos). Para permanecer a modalidade “empreitada global” seria preciso que estes dois fatores estivessem presentes de forma consistente. Por outro lado, as normativas do programa poderiam estimular a empreitada parcial, que nos parecem mais adequadas e coerentes com as expectativas normativas para a qual o programa foi desenhado.

- ✓ Dessa segunda recomendação, deriva a terceira. Há a necessidade de fomentar o debate sobre as assessorias técnicas e seu lugar no MCMV Entidades. Para isso, é preciso buscar formas de estimular a criação de novas assessorias que garantam o protagonismo dos movimentos e a qualidade dos empreendimentos e viabilizar com recursos condizentes todo o trabalho já realizado pelas assessorias técnicas existentes.

Referências bibliográficas

- BLIKSTAD, K., 2012. *O agir coletivo nas interfaces da sociedade civil e do sistema político: o caso da atuação do movimento de moradia de São Paulo sobre a política pública de habitação*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- BOBBIO, N. 1998. Dicionário de Política. Brasília: UnB.
- BONDUKI, N. 1992. *Habitação e Autogestão – Construindo Territórios de Utopia*. Rio de Janeiro: Fase.
- CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- FERREIRA, R. F. C.F. 2012. “Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade”, Apresentação no Congresso ISA, Buenos Aires.
- IAU/Peabiru. 2014. *Relatório parcial A inserção urbana através da produção do MCMV-Entidades no estado de São Paulo: abordagem etnográfica de casos selecionados*, Ministério das Cidades/Cnpq.
- LAGO, L. C. (org.), 2012. *Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2013 [<http://www.cidades.gov.br/index.php/o-ministerio/noticias/2744-9minha-casa-minha-vida-e-tema-de-apresentacao-do-ministro-aguinaldo-ribeiro-em-barcelona.html>, acessado em 30/10/2013]
- TATAGIBA, L. e TEIXEIRA, A. C. 2014. *Os efeitos do movimento de moradia sobre as políticas públicas*. Apresentado no IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.

Anexo 1 – Roteiro para entrevista qualitativa

1. Sobre a entidade

- a) Nome da entidade? Filiação a movimentos (quais e desde quando)? Desde quando existe a entidade?
- b) Principais conquistas e lutas? Momentos marcantes da história da entidade.
- c) Já tinha feito construção de algum empreendimento antes? Qual? Quando? Como foi? Se sim, foi pelo MCMV-e?
- d) Para quem está fazendo mutirão, já tinha feito mutirão antes? Qual? Quando? Como foi?
- d) Motivações para entrar no MCMV-e. Como ficou sabendo? Quem sugeriu entrar? Como foi a decisão de entrar (houve dúvidas, questionamentos internos à entidade, ou acharam que valeria a pena desde o início)?

2. Sobre o empreendimento

- a) Nome do empreendimento:
- b) Bairro:
- c) Data de assinatura do contrato:
- d) Número de unidades habitacionais:
- e) Prédio ou casas:
- f) Forma de construção: construtora, ou misturado construtora com mutirão
- g) Data de início das obras:
- h) Qual foi a estratégia de acesso à terra? Ocupação, via mercado ou doação pública?
- i) Como foi a compra do terreno? Quanto custou? Houve negociação de preço? Como ficaram sabendo do terreno? Naquele momento, já havia moradores envolvidos? Se sim, todos, alguns?
- j) Houve assessoria técnica? Qual? Desde quando? Já tinham trabalhado ou conheciam esta assessoria técnica antes? Qual foi (ou é) o papel da assessoria? Como é a relação entre a entidade e a assessoria (decidem juntos o que fazer, dividem tarefas?)
Se não houve assessoria, quem fez o projeto? Quem tomou as decisões sobre o projeto?
- k) Quando foi o início do trabalho técnico social? Quem é o técnico? Como foi escolhido? Ele já tinha relação anterior com a entidade (há quanto tempo, que tipo de relação). Qual a experiência anterior do técnico social?
- l) Houve dificuldades com o governo municipal? De que tipo?
- m) Houve dificuldades com a Caixa? De que tipo?
- n) Houve atrasos? Se sim, em que momentos, por quais motivos e por quanto tempo?
- o) Em caso de construtora ou empreiteira, qual é a construtora ou empreiteira? Como ficaram sabendo sobre ela? Houve um contrato com ela? De que tipo (prazos, responsabilidades, funções, formas de pagamento)?
- p) Há mutirão? Como funciona? Quem participa? Os moradores puderam decidir se haveria mutirão (quando, de que tipo?) ou isso foi decidido pela entidade?
- q) Em sua opinião, quais devem ser os papéis da Caixa, da entidade e da construtora? Estes papéis estão claros, para você? OU há indefinições?

3. Sobre o processo de seleção dos moradores

- a) Já conheciam os moradores anteriormente? Como? Se a resposta for alguns sim, outros não, perguntar a porcentagem daqueles que já eram conhecidos: 50% a 50%, ou 80% a 20%. Pode ser um valor aproximado.
- b) Como fizeram o cadastro dos possíveis moradores? Onde divulgaram? Houve muita procura? Qual foi o tamanho da lista?
- c) Como escolheram os futuros moradores? Quais critérios utilizaram? Eles foram modificados ao longo do cadastramento? Houve exceções que “furaram” estes critérios? Se sim, por quais motivos?
- d) Ao final, qual é o perfil aproximado dos moradores: são ou não vinculados a movimentos? (se sim, quantos por cento) Qual a faixa de renda? De que regiões da cidade vêm?

4. Sobre a obra

- a) Como foi a relação com as famílias? O que foi exatamente que fizeram, quem se relacionava mais com os futuros moradores (havia divisão de trabalho entre os membros da entidade para dar conta das questões? Se sim, de que tipo?)
- b) Como foi o trabalho técnico social? o que foi feito exatamente, quando, como?
- c) A comissão de obras e a comissão de representantes funcionaram? De que maneira? Quem foi escolhido, como? E o que faziam exatamente?

5. Sobre pós-obra (se for o caso)

- a) Como está a relação entre beneficiários e o movimento-entidade no pós-obra?
- b) Como estão as relações entre os beneficiários?
- c) Os moradores se engajaram em alguma entidade do bairro?
- d) Os moradores se organizaram de alguma forma?
- e) Há algum tipo de problema na obra? Como foram (ou estão sendo) solucionados os problemas?
- f) Em geral, como as pessoas avaliaram a qualidade das casas? E o processo? E o bairro?
- g) Muita gente já alugou ou cedeu a casa? Se sim, mais ou menos quantos (aproximado). Sabem dizer por quais motivos fizeram isso?

6. Avaliação do papel da entidade:

- a) pedir para lembrar-se de como imaginavam que seria o processo ao início: quais eram suas expectativas como entidade? Conseguiram fazer o que pretendiam? Houve entraves ao seu trabalho como entidade? Houve boas surpresas?
- b) Como avaliam sua relação com os moradores durante o processo e hoje em dia?
- c) E avaliação do programa MCMV-E. Qual foi o maior entrave? Tiveram que fazer algum tipo de pressão para o empreendimento sair? Se sim, de que tipo, para que, sobre quem?
- d) Qual a sua avaliação sobre as assessorias técnicas, sobre o trabalho técnico social, sobre a forma de selecionar as famílias, e sobre a construtora?
- e) Sua entidade pretende continuar com (ou já tem) novos empreendimentos no MCMV-E? Vai utilizar as listagens anteriores feitas para este empreendimento ou abrir novos cadastros?
- f) Sabe dizer se as demais entidades estão desmotivadas ou permanecem motivadas a fazer novos projetos do MCMV-e?
- g) Para aperfeiçoar o Programa MCMV-e, qual seria sua principal recomendação

Anexo 2. Fichas técnicas dos empreendimentos (dados atualizados até janeiro de 2014)

NOVA CONQUISTA
Entidade Organizadora: AMOVA – Associação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos.
Localização da EO: Santo André
Localização do Empreendimento: Endereço: Rua Alagoas, s/n, bairro São Jorge - Santo André. Próximo à sede da entidade (referência: Avenida São Paulo)
Andamento: __ Pré-obra; __ Terraplenagem ; <u>X</u> Construção; __ Pós-ocupação
Início do TTS: 01/01/2013
Começo da obra: 11/01/2013



Fonte: <http://www.habitacao.sp.gov.br/empreendimentos.aspx>

Na visita pré-campo não foi possível visitar o empreendimento (não autorizado).

Nº de unidades habitacionais: 120 famílias (350 pessoas)
Características da construção: serão construídos 06 blocos de 20 U.H.s cada. Cada bloco terá 05 pavimentos (térreo + 4). Com 48 vagas na garagem, guarita e lixeira. Cada apartamento terá sala, cozinha, área de serviço, banheiro e 02 quartos. Instalações especiais: aquecimento solar, gerador de energia elétrica, sistema de captação de água de chuva.
Tamanho da casa: 51,27 m ²
Valor das unidades: R\$60.754,51
Valor total: R\$ 9. 841.624,80
Valor do terreno: 2.260.000,00
Área do terreno: 5.000,00 m ²
Assina o Projeto Habitacional: informação não encontrada nos relatórios da Caixa
Construtora: no documento FRE diz que “não é o caso” (Responsável técnico pela obra: Roberto do Couto Sabriano)
Experiência prévia da entidade: O primeiro empreendimento realizado por ela foi o Conjunto Habitacional Nova Esperança, construído em Mauá.
Vinculada aos movimentos nacionais de moradia: não
Tem outros projetos em andamento?: <u>X</u> sim; __ não Alguns projetos habitacionais no nordeste do país e o Conj. Habitacional Sonho Meu (Mauá)

Recrutamento: __relação prévia das famílias com a EO; __ aleatório/boca-a-boca; X outros
Seleção dos participantes: __pontuação; --- ordem de chegada; --- sorteio; X outros
Os beneficiários foram indicados por entidades parceiras da AMOVA. A cada novo projeto a AMOVA pede indicações de futuros beneficiários às entidades e ex-beneficiários.

RESIDENCIAL NOVO MUNDO II
Entidade Organizadora: Cooperativa Habitacional de Araras
Localização da EO: Rua Dusolina Leone Tourneoux, Vila União Campinas/SP - CEP:13060.769 Fone/fax: (19) 3223.5643
Localização do Empreendimento: Campinas/SP. Bairro Campo Grande. Perímetro urbano de Campinas, região Noroeste. Faz divisa com os bairros Jd. Novo Maracanã e Nova Esperança
Andamento : __ Pré-obra; __Terraplenagem ; ___Construção; X Pós-ocupação
Início do TTS: Antes do início da obra
Começo da obra: 04/2010
Final da Obra: 05/2011
Entrega das chaves: 2011



Nº de unidades habitacionais: 110
Características da construção: Condomínio horizontal, casas não geminadas com 2 dormitórios
Tamanho da casa: 38,5 m ² / área terreno: 126m ²

Valor das unidades: R\$ 35.000,00
Valor total: 3.593.823,42
Assina o Projeto Habitacional: Engenheiro João de Souza C. Filho - CREA 060023682-2
Construtora: UNISER - Serviços e Obras Ltda - CGC 001.843.567./0001-92 Rua Major Sólon, 10 - Centro - Campinas – SP Tel.: 19 3236-1777
Experiência prévia da entidade: sim
Vinculada aos movimentos nacionais de moradia: Sim, CMP
Tem outros projetos em andamento?: x sim; --- não
Quais: Ainda em fase de disputa pelo terreno
Recrutamento: -x- relação prévia das famílias com a EO; -x- aleatório/boca-a-boca; -x- outros –
Divulgação em Sindicatos e Casa do Norte
Seleção dos participantes: --- pontuação; -x- ordem de chegada; --- sorteio; -x- outros – critérios de prioridade estabelecidos pela Caixa

SÃO FRANCISCO DO LAJEADO
Entidade Organizadora: Fórum dos Cortiços e Sem Teto de São Paulo.
Localização da EO: São Paulo
Localização do Empreendimento: Endereço: Rua Francisco de Oliveira, 136, bairro Lajeado – São Paulo.
Data da assinatura do contrato: julho de 2010
Andamento: __ Pré-obra; __ Terraplenagem ; <u>X</u> Construção; __ Pós-ocupação Início do TTS: 01/06/2012 Começo da obra: 01/06/2012 (prazo: 15 meses) Final da Obra: 01/09/2013 O prazo não foi cumprido pois a obra ficou parada muito tempo por conta da necessidade de construção de um muro de arrimo que não estava previsto no projeto, portanto não tinha recursos reservados. Futura data de entrega: 12/2014.
Nº de unidades habitacionais: 252
Características da construção: Conjunto Habitacional com 252 apartamentos composto de 4 blocos com alturas variáveis em função do declive do terreno. (4 a 8 pavimentos com elevador), com 43 vagas de estacionamento.
Tamanho da casa: 43,35 m ²
Valor das unidades: R\$80.858,69 (aproximadamente: valor do investimento/numero de unidades)
Valor total: R\$ 20.376.388,13
Valor do terreno: R\$ 1.560.000,00
Área do terreno: 12.885 m ²
Assina o Projeto Habitacional: Manoel Bernabé Burgos Cárdenas
Construtora: Concrelite Construtora e Incorporadora LTDA
Experiência prévia da entidade: Realizou intervenções urbanísticas em Cortiços do centro e tocou uma obra do FAR.
Vinculada aos movimentos nacionais de moradia: sim, MUHAB
Tem outros projetos em andamento?: <u>X</u> sim; __ não 4 projetos em fases estágios variados de aprovação e implementação, todos pelo MCMV, um

deles inclusive se destina a faixa 2 do programa e não a 1.

Recrutamento: relação prévia das famílias com a EO; aleatório/boca-a-boca; outros

Seleção dos participantes: pontuação; ordem de chegada; sorteio; outros

Importam aqui a ordem de cadastro do beneficiário na organização, e a participação nas reuniões da entidade.

VANGUARDA II

Entidade Organizadora: ACC – Associação Cortiços do Centro.

Localização da EO: Santos

Localização do Empreendimento: Endereço: Rua General Câmara, 401, bairro Paquetá – Santos. CEP: 11010-122. (Próximo ao centro histórico)

Data da assinatura do contrato: 18/01/2010

Andamento: Pré-obra; Terraplenagem; Construção; Pós-ocupação

Início do TTS: Iniciado em conjunto com o TTS da primeira fase da obra, realizada pelo Programa Crédito Solidário.

Começo da obra: 01/2009



Nº de unidades construídas: 113 famílias (315 pessoas)

Características da construção: Condomínio residencial, composto por UH, sendo que já se encontram em construção, através do Programa Crédito Solidário. Os apartamentos são de 1, 2 ou 3 dormitórios, cozinha, área de serviço, banheiro e sala. Na presente etapa será executado o bloco C, composto de 68 apartamentos, sendo 18 com 1 dormitório, 38 com 2 dormitórios e 12 com 3 dormitórios. Área comum: salão de festas e vaga para carros.

Instalações especiais: Aquecimento solar, gerador de energia elétrica, sistema de captação de água de chuva, coleta seletiva de lixo e boxes comerciais.

Tamanho da casa: 53 m²

Valor das unidades: R\$ 49.629,43

Valor total: R\$ 4,5 milhões



Valor do terreno: terreno doado pela União
Área do terreno: 2.700,00 m ²
Assina o Projeto Habitacional: Assessoria Técnica Ambiental - Peabiru TCA
Construtora: R3S Engenharia e Construção LTDA
Experiência prévia da entidade: Realização de mutirão para revitalização da Praça Nagasaki em Santos, porém nenhuma em construção habitacional.
Vinculada aos movimentos nacionais de moradia: sim, UMM.
Tem outros projetos em andamento?: <input type="checkbox"/> sim; <input checked="" type="checkbox"/> não
Recrutamento: <input checked="" type="checkbox"/> relação prévia das famílias com a EO; <input type="checkbox"/> aleatório/boca-a-boca; <input type="checkbox"/> outros
Seleção dos participantes: <input checked="" type="checkbox"/> pontuação; <input type="checkbox"/> ordem de chegada; <input type="checkbox"/> sorteio; <input type="checkbox"/> outros

ZORILDA MARIA DOS SANTOS
Entidade Organizadora: Central Pró-Moradia Suzanense (CEMOS)
Localização da EO: não tem sede própria; conta com uma sede improvisada no terreno da obra.
Localização do Empreendimento: Av. Guilherme Garijo, 371 – Jardim Santa Inês (uma das principais avenidas que liga Suzano a Mogi das Cruzes).
Data da assinatura do contrato: 16 de abril de 2010
Andamento: <input type="checkbox"/> Pré-obra; <input type="checkbox"/> Terraplenagem ; <input checked="" type="checkbox"/> Construção; <input type="checkbox"/> Pós-ocupação
Início do TTS: julho/2011
Começo da obra: 01/2013

Fotos do empreendimento, novembro/2013:



Nº de unidades habitacionais: 80 casas térreas (230 pessoas)
Características da construção: 80 casas isoladas com dois dormitórios cada, sala, cozinha, área de serviço e varanda. O empreendimento contará com um centro comunitário com área construída de 88,46m ² e área de lazer descoberta e área verde integrando a Área de Proteção Permanente.
Tamanho da casa: 48,04m ²
Valor das unidades:
Valor total: R\$ 3.999.604,00



Contrato: 16 de abril de 2010
Assina o Projeto Habitacional: Ambiente Arquitetura
Técnico responsável pelo TTS: Elaine Ferreira Rosa e Lusiene Ribeiro
Construtora: Habitat Projeto e Implementação
Experiência prévia da entidade: Teve um projeto reprovado no CS, em 2007 e está iniciando outro empreendimento pela modalidade do MCMV - Recursos FAR (68 famílias em um prédio de 5 andares com elevador, em Suzano, construído por empreitada global).
Vinculada aos movimentos nacionais de moradia: Sim, UNMP (UMM)
Tem outros projetos em andamento: <input checked="" type="checkbox"/> sim; --- não
Recrutamento: - <input checked="" type="checkbox"/> - relação prévia das famílias com a EO; --- aleatório/boca-a-boca; -- <input checked="" type="checkbox"/> outros: metade da demanda veio de São Paulo; a outra metade é de Suzano.
Seleção dos participantes: --- pontuação; --- ordem de chegada; --- sorteio; <input checked="" type="checkbox"/> outros Pontuação para as vagas destinadas a CEMOS; critério desconhecido para os oriundos da outra entidade.

FLORESTAN FERNANDES II

Entidade Organizadora: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – Leste 1 (MST – Leste 1)

Localização da EO: Fazenda da Juta

Localização do Empreendimento: Vila Paulista, Rua Mar de Baffim, s/n. Bairro Cidade

Tiradentes, zona Leste da cidade de São Paulo
Data da assinatura do contrato: 26 de abril de 2010 (liberação: 28 de maio do mesmo ano) – compra antecipada
Andamento : __ Pré-obra; __ Terraplenagem ; <input checked="" type="checkbox"/> Construção; ___ Pós-ocupação
Início do TTS: antes da assinatura do contrato de compra, março/2010
Começo da obra: n.s.a.
Final da Obra: n.s.a.
Entrega das chaves: n.s.a.
Nº de unidades habitacionais: 198
Características da construção: 2 blocos de 11 pavimentos, 4 elevadores, estacionamento com 50 vagas, área global de 12.370,86m ² . Inclui um centro comunitário com área coberta de 100m ²
Tamanho da casa: 50,99m ² (ponta) e 50,30m ² (meio)
Valor das unidades:
Valor total: R\$ 11.030.411,08
Valor do terreno: R\$ 580.951,80
Assina o Projeto Habitacional: Ambiente Arquitetura.
Técnico responsável pelo TTS: Cleonice Dias dos Santos, da Ambiente Arquitetura. Depois, Fabiana Gomes dos Santos que não faz parte da Ambiente Arquitetura.
Experiência prévia da entidade: Desde seu surgimento, o movimento já conquistou moradia, construída por mutirão e autogestão, para 6000 famílias; estima-se que cerca de 12000 participam do movimento atualmente. Suas conquistas somam 22 mutirões (com 18 empreendimentos concluídos), sendo 13 financiados pelo governo estadual; 8, pelo governo municipal e 2, pelo governo federal; e 50 unidades do PAR/CEF.
Vinculada aos movimentos nacionais de moradia: Sim, UMM, UNMP e CMP

VILA DE SÃO MIGUEL
Entidade Organizadora: Centro de Promoção Humana e Cidadania
Localização da EO: São Paulo
Localização do Empreendimento: São Paulo
Data da assinatura do contrato: data da compra antecipada 09/09/2011
Andamento : __ Pré-obra; __ Terraplenagem ; <input checked="" type="checkbox"/> Construção; ___ Pós-ocupação
Início do TTS: julho de 2012
Começo da obra: 09/01/2013
Nº de unidades habitacionais: 138
Características da construção: apartamentos com dois dormitórios, sala, cozinha, área de serviço e banheiro.
Tamanho da casa: 47,55 m ²
Valor das unidades: R\$ 78.148,10
Valor total: R\$ 10.784.437,80
Valor do terreno: R\$ 1.240.000,00
Assina o Projeto Habitacional:
Técnico responsável pelo TTS: Elenice Conceição Santana Koods
Experiência prévia da entidade: entidade com muita experiência em construção de moradia, em sistema de mutirão

Vinculada aos movimentos nacionais de moradia: Movimento de Moradia da Zona Leste, Pastoral da Moradia

CHIQUINHA GONZAGA

Entidade Organizadora: CECAS – Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação da Grande São Paulo

Localização da EO: Ferraz de Vasconcelos

Localização do Empreendimento: Itaquaquecetuba

Data da assinatura do contrato:

Andamento : __ Pré-obra; __ Terraplenagem ; __ Construção; Pós-ocupação

Início do TTS: 2009

Entrega das chaves: dezembro de 2013



Nº de unidades habitacionais: 160

Características da construção: 160 casas térreas com dois quartos, sala, cozinha, sanitário, quintal em condomínio.

Tamanho da casa: 46,33m²

Valor das unidades: R\$ 67.000,00

Valor total: R\$ 7.680.000,00

Valor do terreno: R\$ 1.306.000,00

Assina o Projeto Habitacional: Marcos Olavo Montorio

Técnico responsável pelo TTS: Maria Eunice Sotero da Silva

Experiência prévia da entidade: entidade fundada principalmente com experiência em alfabetização de adultos. Algumas pessoas fundadoras da entidade tiveram experiência com mutirão na época dos mutirões do Covas.

Vinculada aos movimentos nacionais de moradia: Não

PARQUE ESTELA

Entidade Organizadora: SAM – Sociedade de Apoio à Luta por Moradia

Localização da EO: São Paulo

Localização do Empreendimento: Guarulhos
Data da assinatura do contrato: abril de 2010
Andamento : <input type="checkbox"/> Pré-obra; <input type="checkbox"/> Terraplenagem ; <input type="checkbox"/> Construção; <input checked="" type="checkbox"/> Pós-ocupação
Início do TTS:
Começo da obra: junho de 2011
Final da Obra: dezembro de 2013
Entrega das chaves: dezembro de 2013

Nº de unidades habitacionais: 218
Características da construção : apartamentos com dois dormitórios, sala, cozinha, área de serviço e banheiro
Tamanho da casa: 41,35 (terreo), 42,50 (corredor) 41,65 m2 (ponta)
Assina o Projeto Habitacional: Peabiru
Técnico responsável pelo TTS: Juliana Iramaia Rezende Vaz
Experiência prévia da entidade: A principal liderança é uma das fundadoras do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), com bastante conhecimento das políticas habitacionais.
Vinculada aos movimentos nacionais de moradia: Sim, MNLN.

Anexo 3. Fontes de dados da pesquisa

a) Legislação Geral
Portaria Interministerial nº 477 de 16 de outubro de 2013 [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_FAR_477_20130.pdf]
Portaria Ministerial nº 355, de 6 de agosto de 2013
Portaria Interministerial nº 1, de 24 de julho de 2013
Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013 [http://www1.caixa.gov.br/download/asp/ent_hist.asp?download=54462]
Portaria nº 24, de 18 de janeiro de 2013 [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/PORTARIA_MCIDADES_024-2013_PCMCMV_Termo_Adesao_Publicidade_.pdf]
Portaria nº 610, de 26 de dezembro de 2011
Portaria Interministerial nº 326, de 31 de agosto de 2009
Portaria Interministerial nº 395, de 26 de agosto de 2011
Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009
Instrução Normativa RFB nº 934, de 27 de abril de 2009, http://www1.caixa.gov.br/download/asp/ent_hist.asp?download=25704
Lei nº 12.722, de 3 de Outubro de 2012
Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011
Decreto nº 7.825, de 11 de Outubro de 2012
Decreto nº 7.795, de 24 de Agosto de 2012
Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011
Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004
Portaria nº 140, de 5 de abril de 2010
Resolução CONAMA nº 412, de 13 de maio de 2009
Instrução Normativa nº 934 (RFB), de 27 de abril de 2009
Decreto nº 6.962, de 17 de setembro de 2009
Decreto nº 6.819, de 13 de abril de 2009
b) Especificações Mínimas – MCMV
Programa Minha Casa Minha Vida - FAR. Especificações Mínimas para: Apartamento/ Casa sobreposta/ Village / Sobrado. Caixa Econômica Federal, 15/03/2013. http://www1.caixa.gov.br/download/asp/ent_hist.asp?download=43044

Programa Minha Casa Minha Vida - FAR. Especificações Mínimas para: Casa. Caixa Econômica Federal, 2013.

[http://www1.caixa.gov.br/download/asp/ent_hist.asp?download=41760]

Especificações Mínimas Minha Casa Minha Vida, Fase 2. Caixa Econômica Federal, 10/01/2013.

[http://www1.caixa.gov.br/download/asp/ent_hist.asp?download=41457]

c) Lista de Entidades Habilitadas

Lista das Entidades Habilitadas como Entidades Organizadoras - EO's. Ministério das Cidades, 2012.

[[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ENTIDADES_HABILITADAS - PORTARIA N 105 N 191 e N 291-2012.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ENTIDADES_HABILITADAS_-_PORTARIA_N_105_N_191_e_N_291-2012.pdf)]

d) Normativa para Seleção do Projeto

[Resolução do Fundo de Desenvolvimento Social nº 194/2012](#)

[Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 14/2013](#)

e) Legislação

[Instrução Normativa nº 14, de 10 de julho de 2013](#)

[Portaria nº 169, de 15 de abril de 2013](#)

[Portaria nº107, de 26 de fevereiro de 2013](#)

[Resolução nº 194, de 12 de dezembro de 2012](#)

[Instrução Normativa nº 45, de 9 de novembro de 2012](#)

Resolução Normativa nº 193, de 30 de outubro de 2012.
[http://www.lex.com.br/doc_23926433_RESOLUCAO_N_193_DE_30_DE_OUTUBRO_DE_2012.aspx]

[Portaria nº 291, de 28 de junho de 2012](#)

[Portaria nº 105, de 02 de março de 2012](#)

[Resolução nº 183, de 10 de novembro de 2011](#)

Revogado pela Resolução nº 194/2012

Resolução nº 190/2012, DE 7 DE AGOSTO DE 2012, que altera a Resolução CCFDS Nº 183, de 10 de novembro de 2011.

[Portaria Interministerial nº 464, de 30 de setembro de 2011](#)

[Instrução Normativa nº 34, de 28 de setembro de 2011](#)

[Portaria nº 415 nº de 9 de setembro de 2011](#)

[Portaria nº 408, de 2 de setembro de 2011](#)

[Resolução nº 182 de 18 de agosto de 2011](#)

[Portaria nº 355, de 29 de julho de 2011](#)

<u>Portaria nº 618, de 14 de dezembro de 2010</u>
<u>Portaria nº 434, de 9 de setembro de 2010</u>
<u>Portaria nº 313, de 01 de julho de 2010</u>
<u>Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009</u>
<u>Instrução Normativa nº 36, de 15 de julho de 2009</u>
f) Especificações Mínimas para UH
<u>Especificações mínimas para apartamento - Tabela I, de 09 de novembro de 2012</u>
Especificações mínimas para apartamento - Tabela II, de 09 de novembro de 2012
<u>Especificações mínimas para casa - Tabela I, de 09 de novembro de 2012</u>
<u>Especificações mínimas para casa - Tabela II, de 09 de novembro de 2012</u>
<u>Especificação - Kit Adaptação Pessoas com Deficiência - Art. 3º, da Resolução CCFDS Nº 193, de 30 de outubro de 2012</u>
g) Cartilhas
<i>Passo a passo para estudo de terreno e modelo de carta de opção de compra e venda.</i> Site UNMP, 9 de junho de 2009. [http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=236:passo-a-passo-para-estudo-de-terreno-e-modelo-de-carta-de-opcao-de-compra-e-venda-cs&catid=64:credito-solidario&Itemid=98]
MINEIRO, Edilson. <i>O que muda com a nova Resolução do Ministério das Cidades no programa Minha Casa Minha Vida Entidades.</i> UMM/SP, 2012. [http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=605:o-que-muda-com-a-nova-resolucao-do-ministerio-das-cidades-no-programa-minha-casa-minha-vida-entidades&catid=75:minha-casa-minha-vida-entidades&Itemid=98]
Programa Habitacional Popular – Entidades FDS. 27/09/2012.
Minha Casa Minha Vida – PMCMV. 07/05/2009
Manual dos beneficiários – apresentação de propostas. (s/d).
Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, Pessoa Jurídica – Compra Antecipada de Terreno. (s/d)
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, Recursos FDS. 29/04/2013. [http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/habita/documentos_gerais/Cartilha_MCMV.pdf]
Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida? Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade! (2010)
Caixa Econômica Federal. <i>Morar e viver bem em condomínio,</i> 2010. [http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/trabalho_tecnico_social/cart_cond/cartilha_condominios.pdf]
Demanda habitacional no Brasil, Caixa Econômica Federal, 2012. [http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/habita/documentos_gerais/demanda_habitacional.pdf]
Cartilha do PAC 2, quem pode participar? (s/d). [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/Campanhas/Pac2/Cartilha_MC.pdf]
Ministério das Cidades. <i>Minha Casa Minha Vida,</i> s/data. [http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.pdf]

OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. <i>Demanda futura por moradia no Brasil 2003-2023: uma abordagem demográfica</i> . Brasília: Ministério das Cidades, 2009.
MINISTÉRIO DAS CIDADES. <i>Déficit Habitacional no Brasil 2007</i> . Secretaria Nacional de Habitação, 2007.
CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. <i>Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação</i> – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010.
PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO – PLANAH. Pacto Nacional pela Moradia Digna (2009-03) Versão para debates. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação. Maio de 2010.
MINISTÉRIO DAS CIDADES. <i>Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários</i> – Edição Bilingue, Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança de Cidades, 1ª edição/2010.
SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. <i>Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional</i> . Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades e Centro de Estudos da Metrópole/Cebrap. Junho de 2012.
MINISTÉRIO DAS CIDADES. <i>Guia para regulamentação e implementação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS em Vazios Urbanos</i> . Brasília – DF: Dezembro de 2009
MINISTÉRIO DAS CIDADES. <i>Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos precários</i> . Brasília – DF: Maio de 2010.
MINISTÉRIO DAS CIDADES. <i>Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 977/2009</i> – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Brasília, 2010.
h) Orientações diversas sobre o programa
Instruções para o preenchimento dos modelos CAIXA: Orçamentos, Cronogramas e PLS. (s/d)
Minha Casa Minha Vida - Entidades – Programa Habitacional Popular – Recursos do FDS– HH 155 000 (s/d)
Especificações para empreendimentos 3SM Casas (s/d)
Check List – Relação de documentos e formulários jurídicos, Caixa Econômica Federal, 20/08/2013. [http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/habita/mcmv/CHECK_LIST.pdf]
Termo de Adesão PMCMV Municípios, Caixa Econômica Federal, 16/05/2013. [http://www1.caixa.gov.br/download/asp/ent_hist.asp?download=55234]
Termo de cooperação e parceria que celebram o estado de São Paulo por intermédio da secretaria de habitação – SH e Caixa Econômica Federal visando ao aporte de recursos financeiros estaduais destinados ao desenvolvimento do programa Minha Casa Minha Vida – recursos do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) no território paulista. Caixa Econômica Federal, 29 de junho de 2012. [http://www1.caixa.gov.br/download/asp/ent_hist.asp?download=46091]
Manual do Usuário STA - Minha Casa Minha Vida, Caixa Econômica Federal, (s/d). [http://www1.caixa.gov.br/download/asp/ent_hist.asp?download=45288]
Distribuição Meta Física por UF - PMCMV – Recursos FAR, 26/10/2011. [http://www1.caixa.gov.br/download/asp/ent_hist.asp?download=40370]
Orientações - Portal do CadÚnico, Caixa Econômica Federal, 03/05/2011 [http://www1.caixa.gov.br/download/asp/ent_hist.asp?download=37141]
Caixa Econômica Federal. <i>Aplicativo para transmissão e recepção de arquivos referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida</i> , 2011. [http://www1.caixa.gov.br/download/asp/ent_hist.asp?download=36363]
Ministério das Cidades. <i>Procedimentos operacionais relacionados à implantação da infraestrutura das Redes de Energia Elétrica – MCMV</i> , s/d. [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/Campanhas/Pac2/cartilha_26Abril.pdf]

Manual de identidade visual - Versão 1.1. Ministério das Cidades, abril de 2013. [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Manuais/Manual_MCMV_16Abril2013.pdf]
Extrato do Termo de Adesão ao MCMV, Ministério das Cidades, agosto de 2013. [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/STATUS_EM_10.09.2013.pdf]
Termo de Adesão de Município, Ministério das Cidades, (s/d). [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Manuais/MINUTA_TERMO_DE_ADESO_PMCMV_MUNICPIOS.doc]
Termo de Adesão de Estado. Ministério das Cidades, (s/d). [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Manuais/MINUTA_TERMO_DE_ADESO_PMCMV_ESTADOS_DF.doc]
i) Modelos de Documentos
Banco de dados e modelos de documentos - PMCMV e PAC - Urbanização de Assentamentos Precários. Caixa Econômica federal, (s/d).
Estrutura de dados do PMCMV. Caixa Econômica federal, (s/d).
Estrutura de dados do PAC-UAP. Caixa Econômica federal, (s/d).
FRE - Ficha de Resumo do Empreendimento - Crédito imobiliário ou FAR. Caixa Econômica federal, (s/d).
FRE - Ficha de Resumo do Empreendimento - Recursos FDS - Unidades Concentradas. Caixa Econômica federal, (s/d).
FRE - Ficha de Resumo do Empreendimento - Recursos FDS - Unidades Pulverizadas. Caixa Econômica federal, (s/d).
FIT - Ficha de Informações do Terreno. Caixa Econômica federal, (s/d).
LAE - Laudo de Análise Técnica de Engenharia – OGU. Caixa Econômica federal, (s/d).
j) Trabalho Técnico Social
Caixa Econômica Federal. COTS – Caderno de Orientação Técnico Social. Caixa Econômica Federal, 2013. http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/trabalho_tecnico_social/manuais_orient_tecnicas/COTS_MAIO2013.pdf
Caixa Econômica Federal. COTS - Caderno de Orientação Técnico Social. Caixa Econômica Federal, 2009. [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.unmp.org.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D128%26Itemid%3D95&ei=Y-iUUr2dDsGskQfG2ICQAg&usg=AFQjCNETy9vBmKyy_3OKCoLYa6y3o_dOAw&sig2=xZsjdlTopgf2DJwehyRW3Q&bvm=bv.57155469,d.eW0&cad=rja]
COTS (2009) - ANEXO II: Proposta preliminar para intervenção social no empreendimento, Junho de 2009.
COTS (2009) - ANEXO III: Projeto de Trabalho Técnico Social, Junho de 2009.
COTS (2009) - ANEXO IV: Relatório de acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Junho de 2009.
COTS (2009) - ANEXO V: Relatório final do Trabalho Técnico Social, Junho de 2009.
COTS (2009) - ANEXO VI: Proposta de reprogramação, Junho de 2009.
Ministério das Cidades. <i>Curso à Distância, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social</i> , 2010. [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EA_19-10-10.pdf]
Ministério das Cidades. <i>Trabalho Social e Intervenções Habitacionais Reflexões e aprendizados sobre o Seminário</i>

<i>Internacional</i> , 2010. [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Cidades_Web_Final_02.pdf]
k) Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES
1ª Reunião de trabalho: CHAMADA MCTI/CNPq/MCIDADES nº 11/2012. Brasília, 18 de Março de 2013.
Cartilha Programa Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades, (s/d).
MINISTÉRIO DAS CIDADES/ Secretaria Nacional de Habitação. <i>Urbanização de Favelas: a experiência do PAC</i> – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. – Brasília, 2010.
l) Outros documentos:
Prefeitura Municipal de Campinas. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, 2011.
COHAB – Campinas. <i>Programa Nacional Minha Casa, Minha Vida: 7.430 unidades habitacionais aprovadas para Campinas</i> . Janeiro, 2012.
Cartilha de Prevenção de Despejos. Práticas e instrumentos de resistência aos despejos. CDES – Centro de Direitos Econômicos e Sociais, 2013.
Experiências de mediação de conflitos fundiários urbanos no Brasil. CDES – Centro de Direitos Econômicos e Sociais, 2013.
Boletim de Análise Político-Institucional 04. IPEA, Rio de Janeiro, 2013.
Survey com os beneficiários do empreendimento Vila de São Miguel
Survey com os beneficiários do empreendimento Zorilda
Survey com os beneficiários do empreendimento Florestan Fernandes
Survey com os beneficiários do empreendimento São Francisco do Lajeado
Survey com os beneficiários do empreendimento Nova Conquista
Livros, artigos e demais produções sobre o tema:
Abers, Rebecca; Serafim, Lizandra e Tatagiba, Luciana 2011 “A participação na era Lula: repertórios de interação em um Estado heterogêneo”, Apresentação no 35º Encontro Anual da ANPOCS.
Abers, Rebecca e Tatagiba, Luciana 2013 “Understanding activism on the inside of the state: The case of women’s health policy in Brazil” em Rossi, Federico M. and von Bülow, Marisa (Org.) <i>Social Movements in Latin America: New Theoretical Trends and Lessons from a Mobilized Region</i> (Ashgate, no prelo).
Almeida, M. 2010 “Estruturação de empreendimentos baseados no programa Minha Casa, Minha Vida, voltados para famílias com renda mensal entre 1 e 3 salários mínimo”, Monografia (MBA em Economia Setorial e Mercados, com ênfase em Real Estate) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.
Arretche, Marta 2002 “Federalismo e Relações Intergovernamentais no Brasil: A Reforma dos Programas Sociais” em <i>Dados</i> (Rio de Janeiro) Vol. 45(3): 431-57.
Baeninger, Rosana 2002 “A população em movimento” em Fonseca, R.; Davanzo, A. e Negreiros, R. (org.) <i>Livro Verde: Desafios para a gestão da Região metropolitana de Campinas</i> (Campinas: Unicamp).
Carmo Roldão, Ivete (org). <i>Memória de Campo Grande: uma história de lutas e religiosidade na região às margens da John Boyd Dunlop</i> . SP: Idéias & Letras, 2011.

Bonduki, Nabil 2013 “Nota de esclarecimento” em < http://cidadeaberta.org.br/nota-deesclarecimento/ > acesso em 25 de outubro de 2013.
Bonduki, Nabil 2009 “Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida” em Teoria e Debate (São Paulo). N.82, maio/jun.
BONDUKI, Nabil. <i>Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula</i> . Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, v. 1, p. 70-104, 2008.
Bonduki, Nabil 1992 “Habitação e Autogestão – Construindo Territórios de Utopia” em Fase (Rio de Janeiro).
Caiado, Maria Célia Silva 1997 “O padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população na região de Campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana”, Apresentação em Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Campinas.
CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. <i>Habitação de interesse social: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano</i> . XIV Encontro nacional da ANPUR. Rio de Janeiro – RJ: Maio de 2011
Carmo Roldão, Ivete (org.) 2011 Memórias de Campo Grande: uma história de lutas e religiosidade na região às margens da John Boyd Dunlop (Aparecida: Idéias e Letras).
CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
Dagnino, Evelina 1994 “On becoming a citizen: the history of Dona Marlene” em Benmayor e Skotnes Migration and identity (Londres: Oxford University).
D´Araújo, Maria Celina 2009 A elite dirigente do governo Lula (Rio de Janeiro: CPDOC).
Dias, Edney Cielici 2012 “Do Plano Real ao Programa Minha Casa, Minha Vida: negócios, votos e as reformas da habitação” Dissertação, Mestrado em Ciência Política, USP, São Paulo.
Doimo, Ana Maria 1995 A Vez e a Voz do Popular (Rio de Janeiro: RelumeDumará/Anpocs)
FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. <i>Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade</i> , 2012. Apresentação no Congresso ISA, Buenos Aires.
FERREIRA, Regina Fátima C. F.; PEREIRA, Joana Cattapreta. <i>As experiências autogestionárias de produção social da moradia dos movimentos sociais urbanos</i> . FASE, Proposta nº 116 (s/d)
FIX, Mariana e ARANTES, Pedro Fiori. <i>Minha Casa Minha vida: uma análise muito interessante</i> , 2009. [http://www.correiocidadania.com.br/content/view/3560/9/]
FREITAS, E. L. H. “Loteamentos fechados” Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
GONÇALVES, Renata da Rocha. <i>Política Habitacional na Federação Brasileira: o lugar dos Governos Federais</i> . Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. Natal – RN, Brasil. 2010.
IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). Indicadores da Cidadania Viva. Rio de Janeiro. 2012.
IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). Indicadores de cidadania: fundamentos conceituais. Rio de Janeiro. 2011.
IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). Introdução ao INCID: Indicadores de cidadania. Rio de Janeiro. 2012.
JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil. Campinas: Editora Alíneas, 2009.
KOWARICK, Lúcio. <i>Viver em risco</i> . São Paulo: 34, 2009.
KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; LIMA NETO, Vicente Correia. <i>Minha Casa, Minha Vida, nosso crescimento: onde</i>

fica a Política Habitacional. IPEA, Rio de Janeiro: 2013.
LAGO, L. Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpolis, 2012.
LAGO, Luciana Corrêa. <i>Autogestão da moradia na superação da periferia urbana: conflitos e avanços</i> . Revista eletrônica E-metropolis (Rio de Janeiro) nº 5, 2011.
LAGO, Luciana Corrêa do; MAMMARELLA, Rosetta. <i>Da hierarquia de classes à organização social do espaço intraurbano: um olhar comparativo sobre as grandes metrópoles brasileiras</i> . Cadernos Metrôpole, v. 12, n. 23, 2010.
Leite, Rogerio 2007 <i>Contra-usos da cidade</i> (Campinas: Unicamp/UFS).
Libanio, Maria Lucia 1989 “A invenção da cidade de São Paulo” Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo.
Loera, Nashieli 2006 <i>A espiral das ocupações de terra</i> (São Paulo, Campinas: Pólis/CERES Unicamp).
Lopes, Doraci Alves 1997 <i>Marginais da História? O Movimento dos favelados na Assembléia do Povo (1997/1986)</i> (Campinas: Alínea).
Loureiro, Maria Rita; Macário, Vinicius; e GUERRA, Pedro. <i>Democracia, Arenas decisórias e Políticas Públicas: O Programa Minha Casa, Minha Vida</i> . Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: Rio de Janeiro, 2013.
Maricato, Hermínia 1996 <i>Metrôpole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência</i> (São Paulo: Hucitec)
MELUCCI, A. <i>A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas</i> . Rio de Janeiro, Vozes, 2001.
Mineiro, Edilson Henrique e Rodrigues, Evaniza 2012 “Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção” em Lago, Luciana Corrêa do (org.) <i>Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições</i> (Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles)
Naime, Jéssica 2012 “Política de Habitação social no Brasil pós-2003: incentivos e barreiras estatais à produção associativa” em Lago, Luciana Corrêa do (org.) <i>Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições</i> (Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles)
NETO, Paulo Nascimento; MOREIRA, Tomás Antonio; SCHUSSEL, Zulma das Graças Lucena. <i>Conceitos divergentes para políticas convergentes: descompassos entre a Política Nacional de Habitação eo Programa Minha Casa Minha Vida</i> . Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 14, n. 1, p. 85-98, 2013.
NOMURA, Bárbara Midori. <i>Assembléia do Povo: o que importa é o que a gente é./ Bárbara Midori Nomura; David da Silva Junior; Otávio Augusto Antunes da Silva; Rafael Oliveira Jorge; Reginei Domingos de Moraes</i> . – Campinas: PUC Campinas, 2009.
Oão, Larissa Vieira 2013 “Minha Casa, Minha Vida: a produção capitalista da habitação e do espaço urbano no Município de Campinas-SP, o residencial Jardim Bassoli como estudo de caso” Trabalho de Conclusão de Curso em Geociências, UNICAMP, Campinas.
OIDP/IGOP. <i>La guía práctica para la evaluación de procesos participativos</i> . Espanha, 2007.
Paterniani, Stella 2013 “Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência” Mestrado em Antropologia Social, IFCH, Unicamp, Campinas.
RODRIGUES, E. “A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia”. São Paulo. Dissertação mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2013.
RIZEK, Cibele Saliba; DA SILVA BARROS, Joana; DE AGUIAR BERGAMIN, Marta. <i>A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: construindo algumas questões</i> . Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, n. 1, p. 31-46, 2003.
ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. <i>Moradia popular: As armadilhas do pacote habitacional</i> . Disponível em: [http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=461]

ROLNIK, Raquel. *Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda da reforma urbana no Brasil*. Revista Eure (Santiago do Chile) Nº 104, 2009. [<http://www.coeprasil.org.br/portal/Publico/apresentarArquivo.aspx?ID=2205a55e269c-46ca-9735-7a3fce7ba742>]

ROLNIK, Raquel. *La democracia en el filo de la navaja: límites y posibilidades para la implementación de una agenda de reforma urbana en Brasil*. EURE (Santiago), v. 35, n. 104, p. 5-28, 2009.

SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Orientadora: Cibele Saliba Rizek. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

TRINDADE, Thiago Aparecido. *Produção do espaço urbano: poder e conflito no projeto de expansão do aeroporto de Viracopos em Campinas*. TCC. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. Presidente Prudente, 2006.

Trindade, Thiago Aparecido. *A atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente em Campinas no combate ao parcelamento ilegal do solo rural*. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2010.

VILLAÇA, F. *Espaço interurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Clippings de notícias relacionadas ao MCMV-E

	Data	Título da reportagem
	17/jan	PM cumpre reintegração de posse em Campinas e tira 42 famílias de terreno [http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,pm-cumprereintegracao-de-posse-em-campinas-e-tira-42-familias-de-terreno,985481,0.htm]
	30/abr	Projeto habitacional precisaria de 38 anos para zerar déficit em campinas [g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/04/projeto-habitacional-precisaria-de-38-anos-para-zerar-deficit-em-campinas.html]
	03/mai	Projeto de Extensão reconstrói memória da região do Campo Grande [http://www.puc-campinas.edu.br/noticias/39/projeto-de-extensao-reconstroi-memoria-da-regiao-do-campo-grande/]
	06/abr	Juiz determina reintegração de posse de área no San Martin, em Campinas [http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/04/juiz-determina-reintegracao-de-posse-de-area-no-san-martin-em-campinas.html]
	14/jul	Campinas Planeja moradias em imóveis vazios do Centro [correio.rac.com.br/_conteudo/2013/07/capa/campinas_e_rmc/80282-campinas-planeja-moradias-em-imoveis-vazios-do-centro.html]
	13/ago	Caixa e BB passam a operar o Minha Casa Minha Vida em municípios com até 50 mil habitantes [www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/caixa-e-bb-passam-a-operar-o-minha-casa-minha-vida-em-municipios-com-ate-50-mil-habitantes]
	25/ago	Obras do Minha Casa têm onda de invasão de sem teto [http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1331653-obras-do-minha-casa-tem-onda-de-invasao-de-sem-teto.shtml]
	12/set	PM cumpre reintegração de posse em área invadida em Campinas [http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/09/pm-cumprereintegracao-de-posse-em-area-invadida-em-campinas.html]
	17/set	TRE aprova plebiscito para criação de dois distritos em Campinas [noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sp-tre-aprova-plebiscito-para-criacao-de-dois-distritos-em-campinas,28e380e29ae21410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html]
0	24/set	Vereador leva demanda por moradia à conferência das Cidades [http://jornalocal.com.br/site/politica/vereador-leva-demanda-por-moradia-a-conferencia-das-cidades/]
1	24/set	Polícia Militar faz reintegração de posse em Campinas [http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/09/capa/campinas_e_rmc/102393-policia-militar-faz-reintegracao-de-posse-em-campinas.html]

2	25/set	Alckmin anuncia a construção de 1553 moradias [http://www.habitacao.sp.gov.br/noticias/viewer.aspx?t4HceyZtTRU=]
3	28/set	Militância vira critério para receber moradia do Minha Casa Minha Vida [http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,militancia-vira-criterio-para-receber-moradia-do-minha-casa-minha-vida,1079892,0.htm]
4	30/set	Entidades viram imobiliárias com verba do Minha casa Minha vida em São Paulo [noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/09/30/entidades-viram-imobiliarias-com-verba-do-minha-casa.htm]
5	01/out	Não pode passar gente na frente de outro por critério político [http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,aguinaldo-nao-pode-passar-gente-na-frente-de-outro-por-criterio-politico,1080592,0.htm]
6	01/out	Alckmin anuncia solução para 1,2% do déficit habitacional de Campinas [g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/01/alckmin-anuncia-solucao-para-12-do-deficit-habitacional-de-campinas.html]
7	28/jun	Nota IAU-Peabiru [https://www.facebook.com/photo.php?fbid=308414225967922]
8	18/out	Denunciante de reportagem da Folha vai processar o jornal [revistaforum.com.br/blog/2013/10/denunciante-de-materia-da-folha-vai-processar-o-jornal/]
9	20/out	"Puxadinhos" terão um ano para regularização [http://www.portaldepaulinia.com.br/regiao/noticias/23799-puxadinhos-terao-um-ano-para-regularizacao.html]
0	21/out	MPF Vai apurar sistema de pontos de entidades do Minha Casa Minha vida [http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,mpf-vai-apurar-sistema-de-pontos-de-entidades-do-minha-casa-minha-vida,1087920,0.htm]
1	22/out	Prefeitura de São Paulo diz ter selecionado áreas para 67% da meta de moradia [g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/prefeitura-de-sp-diz-ter-selecionado-areas-para-67-da-meta-de-moradia.html]
2	22/out	CDHU diz que área faz parte de projeto de reurbanização [http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,cdhu-diz-que-area-faz-parte-de-projeto-de-reurbanizacao,1088233,0.htm]
3	22/out	Pedreiro Morre após ser avisado sobre despejo em área de Ocupação [g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/10/pedreiro-morre-apos-ser-avisado-sobre-despejo-em-area-de-ocupacao.html]
4	23/out	Protesto de sem teto fecha avenida em Campinas por uma hora [http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,protesto-de-sem-teto-fecha-avenida-em-campinas-por-uma-hora,1088756,0.htm]

